



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Economia

WENDY TSUI

**O MICROCRÉDITO COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E REDUÇÃO DO
TRABALHO INFORMAL**

UMA ANÁLISE PARA OS ANOS DE 2012 A 2018 NO BRASIL

Brasília

2019

WENDY TSUI

**O MICROCRÉDITO COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E REDUÇÃO DO
TRABALHO INFORMAL**

UMA ANÁLISE PARA OS ANOS DE 2012 A 2018 NO BRASIL

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília, pela aluna Wendy Tsui, portadora da matrícula 14/0171207, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Daniela Freddo

Brasília

2019

RESUMO

O objetivo central deste trabalho é analisar a importância do microcrédito como instrumento de inclusão social e redução do trabalho informal. Para isso, a fim de introduzir o tema, é feita uma análise conceitual e histórica do objeto de estudo. Além disso, são expostos alguns estudos pontuais feitos no Brasil que ressaltam a importância do microcrédito como alternativa de combate ao desemprego, de geração de renda e de melhora da qualidade de vida dos mais necessitados. Em seguida, são coletados dados macroeconômicos relacionados ao microcrédito entre os anos de 2012 a 2018 e, com base nas tabelas e nos gráficos elaborados, é feita uma análise descritiva dos resultados dentro do contexto do período. Verificou-se que momentos de crise e elevação do desemprego contribuem para o aumento da informalidade da mão de obra e conseqüente aumento do empreendedorismo por necessidade. A abertura de pequenos negócios se torna, portanto, única alternativa de sobrevivência de grande parcela dos indivíduos carentes, o que aumenta a demanda por microcrédito, único meio de financiamento destes empreendimentos. O microcrédito contribuiu para a redução do trabalho informal em um cenário de grave recessão econômica e pode ser considerado uma possível estratégia no que se refere a geração de emprego e renda para a camada mais pobre da população, visto que proporciona a oportunidade de colocar em prática pequenos projetos dando acesso ao crédito.

Palavras-chave: Microcrédito; Trabalho Informal; Empreendedorismo; Geração de Emprego; Renda.

ABSTRACT

The main objective of this paper is to analyze the importance of microcredit as an instrument of social inclusion and reduction of informal labor. In order to introduce the theme, is made a conceptual and historical analysis of the object of study. In addition, some specific studies in Brazil are mentioned to highlight the importance of microcredit as an alternative to combat unemployment, to generate income and to improve the quality of life of the poor population. Subsequently, macroeconomic data related to microcredit are collected from 2012 to 2018 and a descriptive analysis is made based on the tables and graphs results. It was found that moments of crisis and rising unemployment contribute to the increase of informality of the workforce and also intensify the increase of entrepreneurship by necessity. The opening of small businesses thus becomes the only survival alternative for a large part of the needy individuals, which increases the demand for microcredit. Microcredit has contributed to the reduction of informal work in a scenario of severe economic recession in Brazil and can be considered as a possible strategy for generating employment and income for the poor, as it provides the opportunity to put into practice small projects when giving access to credit.

Keywords: Microcredit; Informal Economy; Entrepreneurship; Job Creation; Income.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. DEFINIÇÃO DO MICROCRÉDITO.....	8
2.1 Microcrédito e crédito bancário.....	10
2.2 Surgimento do Microcrédito.....	13
2.2.1 Experiência em Bangladesh.....	13
3. O MICROCRÉDITO NO BRASIL.....	15
3.1 Microcrédito e redução da pobreza no Brasil.....	23
4. COLETA DE DADOS.....	28
4.1 Concessões de Microcrédito.....	28
4.2 Dados do trabalho informal	30
4.3 Taxa de desemprego.....	33
4.4 Taxa de empreendedorismo.....	35
5. CONTEXTO BRASILEIRO: A CRISE ECONÔMICA DE 2014 A 2017.....	38
5.1 Análise descritiva dos dados	42
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
7. BIBLIOGRAFIA.....	51

1. INTRODUÇÃO

Em um contexto socioeconômico pautado no capitalismo globalizado, países emergentes são marcados pelo crescimento e desenvolvimento concentrado nas mãos de poucos e uma grande heterogeneidade social se torna realidade neste meio, a incluir no Brasil.

As baixas condições de inserção no mercado formal de trabalho, acentuam os números de excluídos sociais e dos setores informais da economia. No Brasil, o mercado de trabalho não possui dinamismo suficiente para gerar emprego, e, junto a isso, existe o predomínio da mão de obra pouco qualificada. Ambos os fatores tornam a demanda por empregos maior do que a oferta, o que dificulta a absorção do excedente de mão de obra e, conseqüentemente, contribui para a informalidade do mercado de trabalho.

O crescimento da exclusão social e das disparidades de renda, presentes nos mais variados contextos nacionais, ressaltam a importância do desenvolvimento de mecanismos de acesso à renda e à cidadania pela população mais carente. Dito isso, o microcrédito tem sido utilizado por diversos países como política pública de combate à pobreza e inclusão social.

A criação de microempresas pode se tornar uma alternativa importante de inclusão no mercado de trabalho para grande parcela da população de pouca qualificação que se encontra desempregada. Entretanto, a população de baixa renda dificilmente consegue ter acesso a meios de financiamentos fornecidos pelo sistema financeiro tradicional, e isso devido aos riscos assumidos pelos bancos ao emprestar dinheiro à população carente. Essa dificuldade de acesso ao crédito acentua o cenário de desigualdade e estimula o círculo vicioso de desemprego, subemprego e pobreza.

O microcrédito tem sido analisado, portanto, como uma alternativa adequada para a geração de emprego e renda para a população mais carente, na medida em que tem permitido o desenvolvimento de atividades econômicas por estes indivíduos, oferecendo uma possibilidade de geração de renda em um país onde o desemprego está bastante presente.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo principal fazer uma análise geral do microcrédito, como política pública de redução do trabalho informal e inclusão

social, dando ênfase aos efeitos macroeconômicos observados durante os anos de 2012 a 2018 no Brasil.

Este estudo encontra-se dividido em 5 capítulos, incluindo a presente introdução, a qual apresenta o objetivo do trabalho.

No segundo capítulo, são apresentados a definição do microcrédito e sua diferenciação frente ao conceito de microfinanças e ao crédito bancário tradicional, a fim de uma compreensão geral do objeto de estudo. Em seguida, são comentadas as primeiras experiências do microcrédito registradas no mundo, dando destaque à experiência do *Grameen Bank* que ficou conhecida internacionalmente.

No terceiro capítulo, examina-se como ocorreu o desenvolvimento do microcrédito no Brasil, com o histórico dos primeiros registros e as principais fases de desenvolvimento desta modalidade no país. Junto à isso, é feita uma revisão de estudos brasileiros recentes sobre o microcrédito e seus resultados na redução da pobreza e inclusão social.

Para verificar a eficiência do microcrédito como instrumento de redução do trabalho informal, no quarto capítulo, é feita a coleta de dados relacionados ao microcrédito no Brasil entre os anos 2012 a 2018, seguido de dados do trabalho informal, das taxas de desemprego e das taxas de empreendedorismo, do mesmo período, para a elaboração de gráficos e uma posterior análise descritiva dos resultados encontrados.

Apresentado os dados e informações relacionadas ao microcrédito, no quinto capítulo, inicia-se uma análise descritiva dos resultados encontrados junto a um estudo do contexto histórico do Brasil no período, para permitir uma melhor compreensão dos números encontrados e uma investigação mais assertiva a respeito da atividade do microcrédito como alternativa para a redução do trabalho informal.

E, por fim, no sexto e último capítulo, encontram-se as considerações finais deste estudo.

2. DEFINIÇÃO DO MICROCRÉDITO

Nas palavras de Barone *et al.* (2002, p. 11) conceitua-se microcrédito como “a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais”.

Segundo Alves (2004, p. 12), a atividade de microcrédito é aquela que, dentro do cenário das microfinanças, “dedica-se a conceder crédito para o financiamento de pequenos empreendimentos e diferencia-se dos demais tipos de empréstimo”. Já no caso de Matos (2003, p.2), microcrédito consiste em “serviços de intermediação financeira direcionados para a população de baixa renda, possibilitando-lhes acesso ao crédito e conseqüente desenvolvimento de seus empreendimentos econômicos”.

Na Resolução nº 2627 de 1999, o Banco Central do Brasil (BACEN) define microcrédito como “concessão de financiamentos a pessoas físicas, com vistas a viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial de pequeno porte, bem como pessoas jurídicas classificadas como microempresas”. Apesar de não existir um consenso de definição conceitual, pode-se concluir que o microcrédito consiste na concessão de empréstimos de curto prazo e montante reduzido a microempresas e pequenos empreendedores informais que não conseguem adquirir financiamento por meio do mercado de crédito tradicional, além de ser uma modalidade de financiamento que utiliza de um tratamento diferenciado¹ com seus clientes e normalmente está direcionado à atividade produtiva. (BORBA 2012, p. 10).

Principal atividade do setor de microfinanças. Trata-se de um empréstimo de pequeno valor dado a empreendedores de baixa renda, tanto da economia formal e como da informal. Fórmula encontrada para potencializar o desenvolvimento de pequenos negócios, através de crédito ágil para indivíduos que pela baixa formalização de seus negócios não se encontram em condições para pleitear crédito junto às instituições tradicionais do sistema financeiro. (MARTINS&WINOGRAD&SALLES, 2002, p. 59).

¹ Por tratamento diferenciado entende-se a atenção especial dada ao microempreendedor pelos agentes de crédito, por meio de exigências que estejam de acordo com a realidade da população de baixa renda, e o posicionamento destes frente aos pequenos negócios, baseado na percepção das reais necessidades e no acompanhamento durante a concessão do crédito.

Parente (2002, p.14) alerta para o conceito de microcrédito, pois este pode ser confundido com o conceito de microfinanças:

[...] o conceito de microcrédito não se esgota na noção de valor. Ele carrega um conjunto de atributos relativos à forma como o crédito é concedido e restituído, à finalidade do empréstimo e ao público apto a figurar como tomador. Estes constituem os campos mais amplos das microfinanças, que se pode definir como a prestação de uma gama de serviços financeiros (microcrédito, poupança, seguros, serviços bancários) adequados para a camada da população de baixa renda.

Microfinanças compreende toda a gama de recursos financeiros – poupança, seguros, créditos, contas bancárias, entre outros – “adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produto, processos e gestão diferenciados” (SOARES 2008, p. 23). Ao passo que o microcrédito não se exaure nos tomadores de empréstimos, sendo formatado de acordo com o cliente em termos de oportunidade de crédito, facilidade de acesso e com valores compatíveis com a real necessidade e capacidade de pagamento dos tomadores. Ou seja, o microcrédito está inserido no âmbito das microfinanças (SILVEIRA 2015, p. 11).

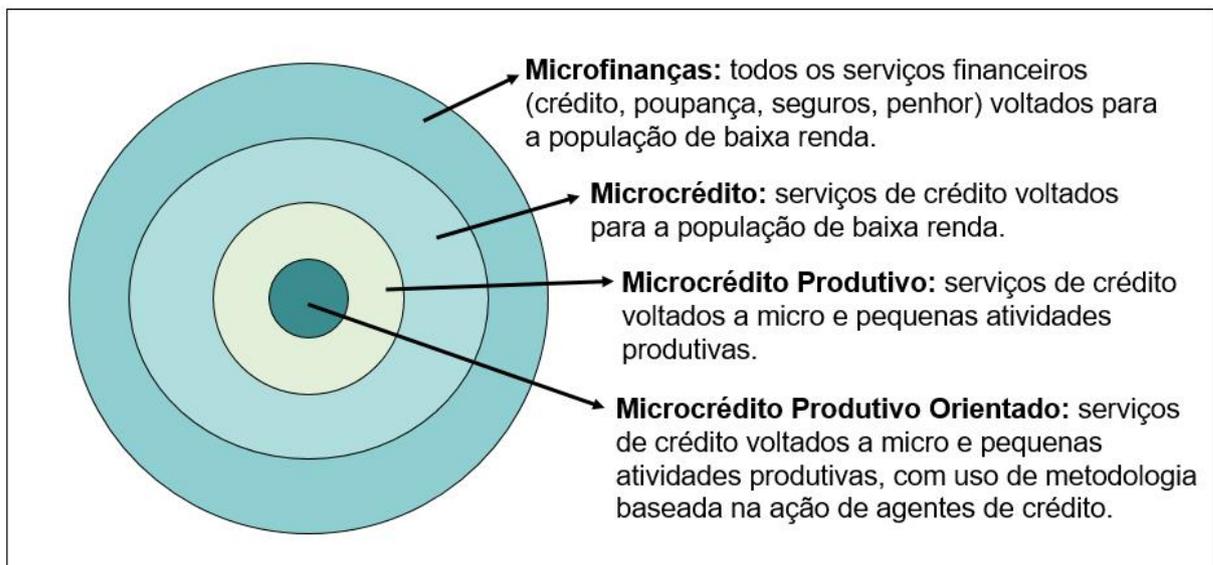
Com o passar dos anos, a evolução das organizações de microcrédito levaram a ampliação da atuação destas instituições que passaram a oferecer não somente serviços de crédito, mas também outras modalidades de serviços e produtos financeiros voltados ao mesmo público. Nichter *et. Al* (2002 *apud* BORBA 2012, p.11) defende que o microcrédito está incluído nas microfinanças, uma vez que abrangem toda a gama maior de produtos e serviços destinados a indivíduos de baixa renda e microempresas (BORBA, 2012).

Silveira (2015) enfatiza que em nenhum momento o microcrédito deve ser destinado ao consumo. Além disso, o autor apresenta as ideias de Silva e Gois (2007 *apud* SILVEIRA, p. 14) que fazem a distinção entre os conceitos de microcrédito visto que este pode indicar, muitas vezes, produtos e formas de concessão de créditos distintos. Classificados como “microcrédito”, “microcrédito produtivo” e “microcrédito produtivo orientado”, o primeiro pode ser definido como serviços de crédito direcionados a população de baixa renda; o segundo como serviços de crédito voltados às micro e pequenas atividades produtivas; e, por último, o microcrédito

produtivo orientado pode ser entendido como o serviço de crédito voltado aos negócios de pequeno baseada na utilização da metodologia de ação do agente de crédito, ou seja, é acompanhado pelo agente de crédito (funcionário da instituição) antes, durante e depois da aquisição do empréstimo.

Na Figura 1, apresenta-se um quadro conceitual, elaborado por Silva (2017, p. 21), que permite compreender melhor o escopo das definições de microfinanças, microcrédito, produtivo e orientado apresentadas.

Figura 1 – Conceito de microfinanças, microcrédito, microcrédito produtivo, microcrédito produtivo orientado



Fonte: Adaptado de Silva, 2007, p. 21.

2.1. MICROCRÉDITO E CRÉDITO BANCÁRIO

No geral, os microempresários se veem frente à dificuldade de ter acesso aos meios de financiamento convencionais. O principal motivo é a percepção de risco das instituições tradicionais em relação às microempresas. Este segmento é visto, pelos bancos, como empreendimentos de elevado risco, caracterizados pelas instabilidades, transações informais e falta de informações confiáveis. Soma-se a isso a imagem generalizada de maus administradores e a falta de garantias reais para o empréstimo bancário. Por esse conjunto de fatores o crédito pelas instituições

tradicionais se torna inviável à empreendimentos de pequeno porte (PARENTE, 2002, p. 27).

Dito isso, o microcrédito surge como alternativa para atender a demanda creditícia da camada da população de mais baixa renda, geralmente excluída do sistema financeiro convencional, em especial os microempreendedores informais da economia. Diferentemente do crédito tradicional, garante facilidade de acesso, valores compatíveis à capacidade de pagamento desses indivíduos e sustentabilidade do empréstimo.

Barone et. Al (2002, p. 12) destaca a diferença do microcrédito no que tange à metodologia específica e aos sistemas de garantias adotados. Ao contrário do que acontece no sistema financeiro tradicional, as instituições de microcrédito acompanham a evolução dos negócios, além de exigirem garantias mais próximas das condições socioeconômicas dos pequenos empreendedores.

Segundo Parente (2002, p. 28):

[...], ao contrário dos bancos convencionais, cuja política de crédito se baseia em registros contábeis, projetos formais e ativos reais como garantia dos empréstimos, as microfinanceiras ressuscitam o sentido original da palavra crédito e usam o capital social, aqui representado pelas relações de confiança mútua e solidariedade, como ativo valioso, capaz de substituir ativos patrimoniais (inexistentes na comunidade) e dar viabilidade às transações com seu público-alvo.

Parente (2002) também ressalta os principais pontos que diferem o microcrédito do crédito tradicional:

- **Segmento do público-alvo:** microempreendedores de baixa renda;
- **Natureza dos produtos e política de crédito:** empréstimos de valor reduzido direcionados ao capital de giro e investimentos com impacto direto nas vendas, que permitam pagar taxa de juros reais;
- **Processo metodológico:** relacionamento de proximidade entre o agente de crédito e o cliente, com o objetivo de desenvolver relações de confiança e responsabilidade;

- **Análise de risco:** diante de falta de garantias reais, a análise é baseada no caráter do cliente (histórico bancário pessoal), atrelada à avaliação da capacidade de pagar e da garantia solidária grupal ou pessoal;
- **Natureza da organização:** as microfinanceiras têm comprometimento com o desenvolvimento local, missão social e estrutura de custos mais leves.

Quadro 1 – Diferenças entre microcrédito e crédito tradicional

MICROCRÉDITO	CRÉDITO TRADICIONAL
Visa à sustentabilidade.	Visa apenas ao lucro.
Prioriza operações de pequena monta.	Prioriza operações de maior vulto.
O crédito é ferramenta de política social.	Não considera as funções sociais do crédito.
Trâmite ágil e com poucas formalidades.	Trâmites longos e burocráticos quando clientes não são correntistas.
Terminologia e atendimento acessíveis à clientela-alvo.	Terminologia e atendimento técnicos.
Enfatiza o desenvolvimento de rede de apoio mútuo entre empreendedores.	Operações individuais e estanques.
Juros refletem os custos operacionais.	Juros e taxas condizentes com infraestrutura pesada e alta tecnologia.
Confiança como ativo social e garantia.	Exigência de garantias reais.
Avaliação do tomador ponderada pelas características do empreendedor, de sua atividade e garantias disponíveis.	Avaliação do tomador ponderada por informações contábeis, planos de negócios e liquidez das garantias.
Instituição procura o cliente (agente de crédito).	Cliente procura o banco.

Relação contínua; agente de crédito com elo permanente entre cliente e instituição.	Transação em fases descontínuas; concessão, acompanhamento, cobrança por diferentes funcionários.
-------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Adaptado de Parente (2002, p. 32).

2.2. SURGIMENTO DO MICROCRÉDITO

A primeira manifestação de microcrédito da qual se tem notícia ocorreu no sul da Alemanha em 1846. Após um rigoroso inverno naquela região, fazendeiros locais passaram a ficar sem o que produzir e sem o que vender, ficando nas mãos de agiotas. Sensibilizado pelos impactos socioeconômicos, o pastor, de nome Raifferinsen, passou a ceder aos fazendeiros farinha de trigo para a fabricação e comercialização de pão, dando origem ao empreendimento denominado “Associação do Pão”, que acabou crescendo e transformando-se na primeira cooperativa de crédito destinada à população carente (MONZONI, 2008, p. 35)

Outra experiência ocorreu em 1900, por meio de um jornalista da Assembleia Legislativa do Québec e mais 12 amigos que juntaram recursos para emprestar aos mais necessitados. Iniciando as operações com um montante de US\$26,00 dólares canadenses, o chamado de *Caisses Populaires*, atualmente conta com 5 milhões de associados distribuídos em 1.329 agências (MONZONI, 2008).

Em Chicago, no ano de 1953, o presidente de uma metalúrgica, Walker Krump, criou uma cooperativa de crédito dentro da fábrica que ficou conhecida como “Fundo de Ajuda”. Cada operário participante depositava US\$1,00 mensalmente para atender os associados necessitados. O crescimento desse modelo deu origem às Ligas de Crédito e, atualmente, a Federação das Ligas de Crédito opera nacional e internacionalmente (MONZONI, 2008).

2.2.1. Experiência em Bangladesh

De acordo com Santiago (2014, p.61), desde 1846 existem diversas outras manifestações pontuais e isoladas com características do microcrédito realizadas ao redor do mundo. No entanto, a experiência responsável por popularizar o microcrédito e mais conhecida internacionalmente foi a do caso do *Grameen Bank*, desenvolvido em Bangladesh pelo professor Muhammad Yunus, da Universidade de Chitagong.

Estou profundamente convencido de que poderemos livrar o mundo da pobreza se estivermos determinados a isso. Essa conclusão não é fruto de uma esperança crédula, mas o resultado concreto da experiência que adquirimos em nossa prática do microcrédito (YUNUS, 2004, p.9).

Em contexto de grave crise de fome vivida naquele país em 1974, conhecida como “Terrível Fome”, Yunus se vê frente a situação de extrema pobreza de sua aldeia e a dependência dos pequenos empreendedores de agiotas, mediante pagamento de juros extorsivos. O professor de economia da universidade local passa então a estudar a economia da região com o objetivo de descobrir uma solução para o grave problema de pobreza. Yunus identificou a existência de barreiras ao acesso a fontes de financiamento pelos mais necessitados – devido à incapacidade de apresentação de garantias reais pela população mais carente –, além do abuso de empréstimos exercido pelos agiotas independentes para compra de matéria-prima e ferramentas (YUNUS, 2004).

Em 1976, Muhammad Yunus, deu início então a um programa de concessão de empréstimos. Após um levantamento em toda a região, o professor Yunus identificou 42 indivíduos que viviam endividados e que não tinham a mínima possibilidade de atendimento pelos bancos comerciais. Com o intuito de reverter a situação, o idealizador do projeto iniciou com um empréstimo médio de US\$27,00 para estes pequenos grupos, exigindo o compromisso do reembolso quando tivessem condições de fazê-lo. Junto a isso, Yunus desprezou as regras convencionais de instituições financeiras e estabeleceu o “aval solidário” como forma de garantia em seu modelo: grupos de 3 a 5 pessoas que se responsabilizavam solidariamente pelo pagamento do empréstimo.

Essas pessoas não eram pobres por estupidez ou por preguiça. Elas trabalhavam o dia inteiro, realizando tarefas físicas muito complexas. Eram pobres porque as estruturas financeiras de nosso país não tinham a disposição de ajuda-las a melhorar a sua sorte. Era um problema estrutural, e não um problemas individual. (YUNUS, 2004, p. 24).

Ao provar que os pobres eram merecedores de crédito, no sentido de confiança e capacidade de pagamento, Yunus conseguiu financiamentos e doações junto aos bancos e instituições privadas. Logo, a pequena quantia de dólares iniciais foi se multiplicando e se transformando, dando origem ao *Grameen Bank*, que em 1998

contava com 2,3 bilhões de dólares emprestados a 2,3 milhões de famílias, direcionados principalmente às mulheres (YUNUS, 2004, p. 26).

Grameen Bank foi um sucesso e Bangladesh se tornou um centro de melhores práticas em novos serviços, produtos e modelos de negócios para a população de baixa renda. Ressalta Yunus (2004, p. 40) que “estudos independentes destacaram que no espaço de dez anos o *Grameen* conseguiu tirar da pobreza um terço dos indivíduos a quem emprestou dinheiro e elevar outro terço acima do limite de pobreza”.

Conforme Santos (2010, p.35-36), a experiência do *Grameen Bank* foi responsável por consolidar o microcrédito no modelo que hoje vem sendo aplicado no mundo, cujas principais características são:

- A importância da figura do agente de crédito como ferramenta estratégica;
- A prática do aval solidário, fortalecida pelo aumento de confiabilidade das informações subjetivas apuradas pelos agentes de crédito;
- Um estreitamento no relacionamento com o estado, deixando-o mais esclarecido dos resultados do microcrédito como política de combate à pobreza.

Somos um banco, [...]; concedemos empréstimos para ajudar os mais pobres a atingir a dignidade. Mas o que vai conferir dignidade pessoal, felicidade, realização e sentido à vida são os sonhos, o desejo, a vontade e o trabalho árduo dos próprios indivíduos. Tudo o que precisamos fazer é suprimir as barreiras estruturais que durante tanto tempo mantiveram uma classe desfavorecida à parte de todo contexto humano. Se ela conseguir desenvolver ao máximo suas capacidades, o mundo será radicalmente transformado, não apenas pela eliminação da pobreza, como também pelos esforços econômicos e sociais do que ainda ontem dormiam na calçada, mendigavam e vagavam sem saber de onde viria sua próxima refeição. (YUNUS, 2004, p.327).

3. O MICROCRÉDITO NO BRASIL

A primeira fase do desenvolvimento do microcrédito no Brasil ocorre no final dos anos 1970 e é marcada pela ligação com as Organizações Não Governamentais (ONG's) financiadas por recursos e aportes internacionais. Nesse período surgiram fundos, cuja preocupação principal era o desenvolvimento de uma metodologia para atender ao mais necessitados e permitir o acesso destes ao sistema de crédito,

deixando a auto sustentabilidade e o retorno de crédito em segundo plano (FARRANHA, 2005, p.85).

De acordo com Monzoni Neto (2006, p.51), a primeira experiência de microcrédito no Brasil ocorreu no estado de Pernambuco, em 1973, com o início das operações do programa União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO). O Programa UNO contou com a assistência técnica da ACCIÓN Internacional – uma ONG com sede em Boston, especializada em microcrédito – para conceder crédito e capacitação à microempresários informais. O UNO foi essencial para a “formação de dezenas de agentes de crédito especializados no mercado informal e tornou-se referência para vários programas de microcrédito na América Latina” (MONZONI NETO, 2006, p. 51), apesar de ter encerrado suas ações em 1991 por insustentabilidade financeira.

De 1969 a 1973, o país se encontrava frente ao regime militar, marcado por intensas reformas políticas e econômicas, que promoveram os anos do “Milagre Econômico”. Este período ficou marcado por expressivas taxas de crescimento e aumento dos postos de trabalho, que geraram uma rápida expansão da capacidade produtiva material e provocaram uma intensa migração rural-urbana (SANTOS, 2010, p. 47-48). Porém, esse cenário foi acompanhado pela estrutura regressiva dos mecanismos de financiamentos caracterizado pela dependência de recursos externos, o que colocou o país vulnerável a crises internacionais (GIMENEZ apud SANTOS, 2010, p.48).

Acrescenta Santos (2010):

[...], o Brasil encontrou-se fragilizado, experimentando, enfim, uma “instabilidade macroeconômica, com estagnação da renda per capita recorrentes dificuldades nas contas externas, crises cambiais, aceleração inflacionária, queda das taxas de investimentos e colapso das finanças públicas” (GIMENEZ, 2008, p.83).

Durante os anos de 1980, começo do fim do regime militar, as atividades informais aumentaram e formas alternativas de complemento da renda familiar surgiram, a fim de enfrentar as dificuldades impostas pelo mercado de trabalho e pela situação social precária do período. Logo é promulgada a Carta Magna, em 1988, com o objetivo de garantir o bem-estar e justiça social, além de combater a exclusão e

garantir insumos materiais e direitos a todo o indivíduo – fato que se enquadra bem ao papel do microcrédito (SANTOS, 2010).

Nesse período, surgiam diversas manifestações ao redor do mundo de fomento do microcrédito, formadas por várias entidades internacionais de desenvolvimento. O Brasil, influenciado por este movimento, deu início às operações de três entidades destinadas ao financiamento de crédito para indivíduos de baixa renda, nos anos de 1982 a 1990: Associação Brasileira para Desenvolvimento da Mulher – Banco da Mulher, no Rio de Janeiro; Banco do Microcrédito, no Paraná; e o Cento de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), em Porto Alegre (SANTOS, 2010, p. 49).

O Banco da Mulher – “segunda organização a entrar no segmento de microfinanças no Brasil” (MONZONI NETO, 2006, p.52), depois do Programa UNO – é uma sociedade, criada em 1982, sem fins lucrativos cujo foco principal é a inserção da mulher na sociedade. O Banco da Mulher atualmente oferece crédito financeiro, capacitação gerencial e técnica, além de apoio para comercialização, no Rio de Janeiro, Bahia e opera em mais 5 estados brasileiros (Paraná, Rio Grande do Sul, Amapá, Amazonas e Minas Gerais).

Em 1986, o Banco do Microcrédito foi criado no Paraná, e, no ano seguinte, surgiu o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS) em Porto Alegre. Iniciando as operações com auxílio de fundos internacionais, a rede CEAPE passou a expandir durante a década de 90 e hoje é considerada um dos sistemas mais relevantes quando se trata de microfinanças no Brasil, com mais de 650.000 empreendedores beneficiados e mais de R\$1,5 bilhão de créditos orientados.²

Farranha (2005, p. 98) descreve o início do microcrédito no Brasil (anos 1970) como uma fase marcada pela “articulação que passa ao largo das políticas governamentais de acesso ao crédito e se localiza na ação da sociedade civil”.

[...] . Em outras palavras, na 1ª fase das experiências de microcrédito, a principal característica é a ajuda e o socorro e não a lógica da proteção do Estado, fundante da sociedade contemporânea. (FARRANHA, 2005, p. 98).

² Fonte: www.ceapebrasil.org.br

A segunda fase se inicia na década de 90, quando o país passa a enfrentar uma intensa evolução do desemprego com a crise de dívida externa, acompanhada de uma explosão inflacionária e da deterioração das contas públicas. O ambiente macroeconômico brasileiro se via incapaz de gerar postos de trabalho na mesma proporção da demanda e, por isso, o setor informal crescia expressivamente. Conforme Pochmann (2010, p.129), de cada cem pessoas que ingressavam no mercado de trabalho entre 1980 e 2000, 31 ficavam desempregadas. O mesmo autor ainda ressalta o crescimento significativo do trabalho informal:

De outro lado, o crescimento significativo do emprego assalariado sem carteira assinada acompanhada da ocupação por conta-própria. Tudo isso colaborou para a volta da expansão da taxa de precarização do mundo do trabalho. (POCHMANN, 2010, p.129).

As elevadas taxas de desemprego resultaram no aumento da demanda por crédito, principalmente pelo setor informal – alvo principal do microcrédito. Diante desse contexto, o microcrédito passou a ser estratégia de política de Estado e, com isso, passou a ser intensificado por atores nacionais e internacionais, fomentadores de fundos (bancos e agentes financeiros, ONGs e governos locais), com o discurso de combate à pobreza (FARRANHA, 2005, p.100). O governo brasileiro, enfim, começa dar mais ênfase na adoção de políticas públicas como estratégia de redução dos problemas sociais.

Em 1986, no Distrito Federal, dá-se início a primeira experiência do microcrédito por meio de serviços financeiros do governo nacional, em parceria com o governo local. O Promicro, conduzido pela Secretaria do Trabalho do DF em conjunto com a Caixa Econômica Federal, inaugurou a prática do microcrédito no Brasil com participação de organizações governamentais. Experiências semelhantes foram surgindo ao longo do tempo, como o projeto Pró-renda, implementado no Ceará, que recebeu suporte financeiro da Caixa através programa Balcão de Ferramentas, e, cujo objetivo principal era o financiamento de todas as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de uma profissão. Desde os anos 1980, a Caixa “já era uma importante organização prestadora de serviços financeiros do governo brasileiro, estimuladora da prática e de ensaios de políticas públicas do microcrédito ainda que locais e/ou regionalizados” (SANTOS, 2010, p. 50).

No ano de 1994, em meio a grandes mudanças políticas e econômicas, o governo instituiu o Programa de Geração do Emprego e Renda – PROGER, no Ministério do Trabalho e Emprego. A principal finalidade deste programa era o combate à fome e a miséria através do fornecimento de linhas de crédito especiais para geração de emprego e renda de micro e pequenas empresas com dificuldades de acesso ao sistema tradicional, utilizando-se de recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT (PROGER *apud* SANTOS, 2010, p.53).

Após praticamente dois anos de intensas discussões, o Programa de Geração de Emprego e Renda na modalidade Urbano, PROGER Urbano, foi criado em 1994 com a finalidade de incrementar a política pública de combate ao desemprego, mediante financiamentos a micro e pequenos empreendedores privados, nos setores formal e informal da economia (PROGER, 2019).

Visando a fomentar o desenvolvimento de Porto Alegre, nasce em 1995, uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em parceria com a Prefeitura Municipal e entidades da sociedade civil. A Instituição Comunitária de Crédito PORTOSOL foi criada com o intuito de fornecer crédito com menos burocracia e taxas acessíveis aos pequenos empresários (MONZONI NETO, 2006, p. 53). A PORTOSOL conta com o apoio financeiro e técnico do BNDES e Sebrae, respectivamente, e, em junho de 2009, já possuía mais de 112 mil número de crédito liberados, totalizado em mais de R\$127 mil reais emprestados.³

Em 1996 foi lançada pela ONG Viva Rio o VivaCred, associação sem fins lucrativos pioneiro em concessão de crédito a microempreendedores em favelas e comunidades de baixa renda no Rio de Janeiro. Atualmente conta com assessoria técnica da consultoria alemã *Internationale Projekt Consult* (IPC) e obtém apoio financeiro do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e do Banco Fininvest.⁴

Fundado em 1998, pelo Banco do Nordeste, o Crediamigo se tornou programa pioneiro de microcrédito com atendimento direto de um banco estatal. O programa, diferente de outras iniciativas anteriores, usufrui da capilaridade e da infraestrutura física do Banco do Nordeste nas operações e tem por objetivo a concessão de empréstimos a milhares de microempreendedores do setor informal ou formal da

³ Fonte: www.portosol.com

⁴ Fonte: www.vivario.org.br/viva-cred

economia. Na operacionalização do crédito, destaca-se a utilização da metodologia de microcrédito produtivo orientado, que apresenta a figura do “assessor de microcrédito” responsável pelo acompanhamento, auxílio e capacitação dos microempreendedores financiados. Além disso, utiliza-se também a metodologia de aval individual ou de aval de grupos solidários para a concessão do crédito, sendo, o segundo, a união espontânea de um grupo de pessoas interessadas em obter o crédito que assumem conjuntamente a responsabilidade pelo pagamento da dívida (SILVEIRA, 2015). O Crediamigo se tornou o maior programa de microcrédito do Brasil e é considerado um dos maiores da América Latina, com mais de 2 milhões de clientes ativos e cerca de R\$9 bilhões de desembolsados em 2018.⁵ O sucesso do programa levou a uma expansão das atividades para outros produtos e serviços financeiros e, atualmente, oferece também serviços no âmbito das microfinanças (serviços bancários de conta corrente e cartão de débito).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entrou nesse mercado apenas em 1996, com a criação do Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP). Diante de uma série de iniciativas com o intuito de fomentar o desenvolvimento social, o programa foi criado com o propósito de disponibilizar linhas de crédito baratas e de longo prazo para as instituições de microcrédito brasileiras. Logo em seguida, em uma cooperação com o BID, o BNDES criou o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) que desde então vem fortalecendo institucionalmente a indústria de microfinanças no Brasil, “investindo no desenvolvimento de sistemas integrados de informações gerenciais e auditoria (operacional financeira, contábil e de sistemas) específicos para instituições de microcrédito, bem como no desenvolvimento de novas tecnologias, como sistemas de pontuação de crédito (*credit-scoring*) e serviços de classificação institucional (*rating*)” (BARONE, 2002).

Dentro da história do microcrédito no Brasil, Barone *et. Al* (2002, p.8) ressalta como marco importante da trajetória a revisão do marco legal em 1999, “que culminou com três decisões relevantes: a chamada Nova Lei do Terceiro Setor (Lei 9.790/99), que inclui o microcrédito como uma das finalidades das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP (entidades sem fins lucrativos, de administração

⁵ Fonte: www.bnb.gov.br/crediamigo

privada, reconhecidas e monitoradas pelo próprio Ministério da Justiça); a não sujeição das OSCIPs à lei de usura (que limita juros a 12% ao ano); e criação, pelo Conselho Monetário Nacional, de uma nova entidade jurídica: a Sociedade de Crédito ao Microempreendedor – SCM, que regulamenta a participação da iniciativa privada na indústria de microfinanças (Resolução 2874).”

A Nova Lei do Terceiro Setor, promoveu avanços consideráveis do microcrédito no Brasil no que se refere à regulamentação, caracterização e delimitação das instituições da sociedade civil frente as atividades de microfinanças (e do microcrédito), uma vez que estas foram incluídas no rol de interesse público. Nesse ponto, a referida Lei possibilitou o acesso das instituições de sociedade civil a recursos públicos, através de Termo de Parceria – instrumento jurídico que estabelece vínculo entre o Poder Público e as OSCIPs –, além de habilitar a atuação de ONGs em atividades financeiras como OSCIPs (SILVEIRA, 2015).

Ainda em 1999, a Lei nº 10.194/01 passa a autorizar a criação da personalidade jurídica denominada de Sociedade de Crédito ao Microempreendedor – SCM, definido no site do Banco Central do Brasil como: “instituição especializada em conceder financiamentos a pequenos negócios” e que “recebem tratamento simplificado em termos de exigências regulatórias, coerente com a maior simplicidade de suas operações e com o objetivo de estimular o crédito para os segmentos em que atuam”. A partir dessa nova lei, o setor privado começa a entrar nesse mercado e, posteriormente, grandes instituições financeiras passam a ser estimuladas principalmente pela resistência ao rigor da lei de usura (MONZONI NETO, 2006, p. 59).

Com a criação das SCMs e a reformulação da Lei do Terceiro Setor, o cenário do microcrédito brasileiro tornou-se favorável e as operações passaram a expandir até o ano de 2002 – quando já operavam 121 entidades de microcrédito, também chamadas instituições de microfinanças – IMFs. Formulações políticas legais na promoção do fortalecimento do microcrédito tanto nacionais, quanto locais e regionais, começaram a ganhar ênfase nesse período, também contribuindo positivamente na expansão das operações (SANTOS, 2010).

Em 2002, foi fundada a Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadores de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (ABCRED) com objetivos definidos em seu Estatuto de:

- “Promover o desenvolvimento econômico-social sustentável e combater a pobreza e a exclusão;
- Estimular a criação, crescimento e consolidação da prática e gestão de microcrédito visando ao desenvolvimento local e regional sustentável;
- Estimular os dirigentes de instituições gestoras e operadoras de microcrédito, crédito popular e solidário e entidades similares, por meio de debates, seminários e cursos, a aprimorarem seus objetivos e encaminharem a solução das questões que dificultam o atendimento aos microempreendedores, no enfrentamento da exclusão social, na geração de emprego, trabalho e renda;
- Buscar fontes alternativas de recursos financeiros para fomentar as entidades praticantes de microcrédito em todo território nacional; entre outros.” (MONZONI *apud* ABCRED, 2006).

Instituído pela Lei nº 11.110, em 2005, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) foi criado com o objetivo de apoiar e financiar atividades produtivas de microempreendedores por meio da disponibilização de recursos financeiros para este setor. O microcrédito produtivo orientado possui o foco no fomento de pequenas unidades produtivas e utiliza-se da metodologia nas operações de acompanhamento direto pela figura do agente de crédito. No próprio site do Ministério do Trabalho está definido que para efeitos de PNMPO, o crédito concedido deve seguir a metodologia específica e ser acompanhada por profissionais especializados. Além disso, é ressaltado que a metodologia utilizada deve “contemplar a avaliação dos riscos da operação, considerados a necessidade de crédito, o endividamento e a capacidade de pagamento de cada tomador, a análise de receitas e despesas do tomador e o mecanismo de controle e acompanhamento diário do volume e da inadimplência das operações realizadas”, afim de evitar o superendividamento e a inadimplência do público-alvo.

Ganhou-se muito com a instituição do PNMPO para a promoção e disseminação do microcrédito no Brasil a partir de 2005, [...], o PNMPO veio consolidar o tripé de quem, quanto e como se processar a implementação do microcrédito no Brasil, determinando: clareza do público-alvo a ser assistido;

definição e unificação da metodologia aplicada na destinação dos recursos; clareza no papel dos bancos oficiais no processo unificado de suas ações e da disponibilidade de *funding*; definitiva importância dada ao agente de crédito, exigindo-se sua contribuição em todo levantamento de dados, planejamento prospectivo e manutenção da sustentabilidade do público-alvo; [...]; definição e qualificação das entidades de microcrédito financeiras e do terceiro setor que podem aderir ao PNMPO; clareza para mecanismos de monitoramento e fiscalização do PNMPO nas operações estruturadas; definição da ampliação de garantias de fundos específicos de aval para atender o microcrédito. (SANTOS, 2010, p. 62)

Monzoni Neto (2006) resume a evolução geral do microcrédito brasileiro separando em quatro etapas:

- A primeira sendo entre as décadas de 1970 e 1980, quando as IMFs começaram a surgir no Brasil e se desenvolveram com auxílio de redes internacionais, das quais conseguiram absorver metodologias e experiência;
- A segunda etapa é definida pelo período entre as décadas de 1980 e 1990, em que se houve um avanço expressivo do número de organizações da sociedade civil que ofereciam serviços de microfinanças – principalmente microcrédito e capacitação em gestão – como mecanismo de estímulo ao desenvolvimento de comunidades carentes.
- No terceiro momento, fim da década de 1990 e início de 2000, Monzoni destaca as iniciativas governamentais, estaduais e municipais na criação de novas IMFs.
- E, por fim, a quarta etapa se inicia com a instituição da Lei que autoriza a criação das SCM, permitindo a entrada do setor privado nesse setor financeiro.

3.1. MICROCRÉDITO E REDUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

Países em desenvolvimento comumente enfrentam o problema da exclusão, caracterizada por forte presença do setor informal, microempresas e de uma população de baixa renda crescente. Em locais de grande concentração de renda, o grau de qualidade de vida tende a ser baixo devido à falta de recursos da população para consumo dos bens e serviços que o sistema econômico produz.

O Brasil está entre os países com maior índice de desigualdade, em que os pobres possuem a menor participação na produção econômica e os ricos, a maior. O

problema de exclusão social é agravado por questões relativas a má distribuição de renda, fator que está diretamente relacionado à possibilidade de acesso a qualidade de vida da população.

Segundo Mayrink (2009), em seu estudo sobre o impacto do microcrédito na cidade de Belo Horizonte, um dos principais mecanismos de concentração de renda consiste na dificuldade de acesso ao crédito. São poucos os microempreendedores que têm acesso ao sistema financeiro tradicional, e, ao mesmo tempo, as MPE correspondem a cerca de 99% de todas as empresas formais do Brasil. Essa desigualdade de acesso dificulta a possibilidade de os pobres desenvolverem projetos que poderiam proporcionar elevado retorno social.

Dito isso, a autora destaca que para a ruptura e superação do estado de pobreza encontrado no país, faz-se necessário a adoção de políticas de apoio ao desenvolvimento das MPE:

As MPE, tanto formais quanto informais, podem oferecer uma rota importante de inclusão no mundo do trabalho para grande parte da população de pouco ou nenhuma qualificação que se encontra fora do mercado, desde que sejam dotadas de algum suporte estrutural, notadamente o representado pelo acesso ao crédito. (MAYRINK, 2009)

Visto que a relação entre microcrédito e desenvolvimento tem sido constatada em diversos países emergentes, Mayrink (2009) busca em sua tese verificar em que medida o microcrédito é um instrumento relevante de geração de emprego e renda na cidade de Belo Horizonte para a população mais necessitada, partindo-se do pressuposto da existência de uma relação positiva entre acesso ao microcrédito, desenvolvimento e inclusão social.

A autora utiliza em seu estudo dados referentes às concessões de microcrédito do Banco do Povo, entre os anos de 2000 a 2008, além de informações mais específicas das pessoas beneficiadas (números, resultados, empreendimentos criados e beneficiados, grau de satisfação) para analisar a relação do microcrédito na geração de emprego e renda.

Por meio de testes econométricos – tendo como variáveis dependentes o aumento de emprego e renda -, pesquisas quantitativa e qualitativa, Mayrink conclui que o microcrédito gera um impacto positivo na geração de emprego e renda e na

melhoria da qualidade de vida de seus usuários. A autora constatou que o microcrédito garante a sobrevivência de uma parcela da população de Belo Horizonte, que estaria em nível de pobreza absoluta em caso de não acesso ao financiamento, e sua inserção mercado fomenta os demais setores da economia, via incremento da demanda, consumo e pagamento de impostos.

Observou-se também que o crédito concedido pelo Banco do Povo tem garantido apenas a manutenção da renda e do próprio trabalho de seus clientes, não alcançando números desejáveis no que tange a geração de novos empregos, mas um número considerável (aumento de 16%). Além disso, a autora conclui que o microcrédito é uma importante ferramenta de promoção social capaz de aumentar e estimular a qualidade de vida do público alvo, visto que alguns dos resultados foram o incremento na saúde, lazer e educação dos usuários.

Para Mayrink, é direito de cada cidadão ter acesso ao desenvolvimento e, portanto, o microcrédito entra como alternativa importante na geração de emprego e renda e de promoção social para os indivíduos sem condições. Em suas palavras: “É uma alternativa de política social adequada para reduzir as atuais condições de exclusão social e de pobreza e para aumentar o acesso a bens e à cidadania entre as pessoas carentes e as mais pobres” (MAYRINK, 2009, p. 97).

No que se refere a impactos positivos na renda de microempreendedores que têm acesso ao microcrédito, Monzoni (2006) chega às mesmas conclusões em sua pesquisa empírica dos impactos do Programa São Paulo Confia no município de São Paulo. Em seu estudo foram coletados dados das operações de crédito solidário do Programa, e, por meio destas informações, o autor faz uma análise financeira e estatística para testar a hipótese de que os “programas de microcrédito produzem variação positiva significativa no lucro líquido do empreendimento”.

Verificou-se que no caso do Programa São Paulo Confia, a injeção de crédito aos empreendimentos contribui efetivamente nas vendas, margem bruta, lucro líquido e na renda dos clientes. Monzoni ainda acrescenta que os retornos positivos na renda, causados pela concessão de crédito, são tão expressivos que torna irrelevante a discussão sobre os custos e as taxas de juros praticados pelo mercado.

Segundo o autor, portanto, qualquer injeção de recurso produtivo para a camada menos favorecida da população se torna essencial como política de inclusão

social e geração de renda, uma vez que, permite uma expansão dos pequenos negócios a taxas de crescimento muito altas, levando esses indivíduos a um outro patamar de renda e, conseqüentemente, contribuindo para a redução da pobreza.

O fator de produção “trabalho” dos microempreendedores em bairros de baixa renda em São Paulo está de tal ordem disponível para se encontrar com o fator de produção “capital” – e tão “ansioso” para se transformar em produto – que o acesso ao crédito por si só é o elemento relevante nesta história. (MONZONI NETO, 2006)

Outro estudo semelhante foi elaborado por Moraes (2010) para o caso do Programa Amazônia Florescer operacionalizado pelo Banco da Amazônia (Basa). Utilizando-se do banco de dados fornecidos pela instituição e dos índices sócio econômicos do Estado do Pará, a autora faz uma análise de pesquisa sobre o microcrédito e a sua atuação como política pública de combate à pobreza e inclusão social.

O nível de incidência da pobreza na cidade de Belém é elevado e, por isso, grande parte da população não possui qualificação profissional para uma recolocação adequada dessa mão de obra excedente no mercado de trabalho, gerando aumento do desemprego e da violência nessa região. Visto que muitos dos que residem nesta localidade sobrevivem através de atividade agrícolas, pecuárias e da produção artesanal, existe uma demanda latente no interior do Estado por financiamento de pequenos negócios. Dito isso, o Programa Amazônia Florescer foi criado com o intuito de tornar viável o acesso ao crédito por pequenos empreendedores da Amazônia Legal⁶, que muitas vezes se veem frente à exploração dos meios tradicionais de financiamento.

Mesmo com a falta de um banco de dados atualizado e eficiente fornecido pelo Banco, Moraes (2010) afirma que o projeto apresenta resultados positivos no que diz respeito ao desenvolvimento regional, aumento da oferta de empregos e redução da criminalidade, principalmente no Bairro da Pedreira, área com grande incidência de clientes do programa.

⁶ Amazônia Legal é a área geográfica composta pelos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte dos estados de Mato Grosso e Maranhão.

Em sua pesquisa, evidencia-se que atividades simples, como a comercialização de alimentos, confecção, mini mercados e outras atividades, são as que mais procuram pela obtenção de crédito no programa, o que reforça a ideia do microcrédito permitir a inclusão da parcela da população menos favorecida no mercado. A autora ainda ressalta elevada representatividade das micro e pequenas empresas no país, o que torna essencial a atenção e a aplicação de políticas públicas voltadas a este segmento.

Moraes (2010) conclui que o projeto pode não ser suficiente para resolver questões macroeconômicas de pobreza do estado, mas reforça a importância do microcrédito na inclusão social e na melhora das condições de vida dos pequenos empreendedores, proporcionando, assim, “uma vida mais digna diante de tantas adversidades”.

Righetti (2008, p.123), em seu estudo com base nos clientes da Real Microcrédito, empresa resultante de parceria entre o Banco Real (terceiro maior banco privado brasileiro) e a ONG Acción Internacional, concorda que a dificuldade de acesso ao crédito nos países em desenvolvimento é uma das causas da desigualdade, as quais, em suas palavras, se encontram em um círculo vicioso: “a produção no nível de subsistência não permite a acumulação de capital para investimentos em poupança ou ativos, inclusive atividades produtivas, o que gera baixos níveis de produtividade e continuação da pobreza”.

Apesar de o autor não conseguir concluir, com significância estatística, que os indivíduos apresentaram mudanças de renda disponível no longo prazo, verificou-se que o microcrédito concedido ao gênero feminino está associado ao aumento das vendas de um empreendimento.

Pelo fato da dificuldade do acesso ao capital produtivo ser uma das principais causas da pobreza, o microcrédito é definido, mais uma vez, como uma ferramenta essencial na redução da pobreza e promoção do desenvolvimento econômico e social de populações de baixa renda.

[...] o fornecimento de crédito para financiamento de atividades produtivas possibilita o aprimoramento das atividades de produção e vendas e, conseqüentemente, melhor desempenho do empreendimento. Uma vez que a estrutura dos microempreendimentos é imbricada na estrutura do domicílio,

o aumento dos lucros do empreendimento implica um aumento da renda disponível para consumo pelos moradores. (RIGHETTI, 2008)

Righetti ainda ressalta: “combater a pobreza é a própria razão da existência do microcrédito” (2008, p.20), tornando essencial que o programa esteja gerando impactos positivos ao seu público.

4. COLETA DE DADOS

Os dados utilizados para a elaboração dos gráficos serão retirados de sites de instituições públicas e privadas reconhecidas no âmbito nacional e internacional: do Banco Central do Brasil (BCB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM).

A fim de proporcionar instrumentos de análise e mensuração do desempenho macroeconômico do microcrédito no Brasil, serão utilizados indicadores relacionados ao objeto de estudo. São estes:

- Concessões do microcrédito;
- Dados do trabalho informal;
- Taxa de desocupados (desemprego);
- Taxa de Empreendedorismo.

A relação entre os indicadores apresentados permitirá uma análise descritiva dos impactos do microcrédito na redução do trabalho informal e na geração de renda.

4.1. CONCESSÕES DE MICROCRÉDITO

Foram obtidos no Portal de Dados Abertos do Banco Central do Brasil dados referentes às concessões de crédito com recursos direcionados ao microcrédito, de 2012 a 2018, sendo definido no próprio site como:

Valor das novas operações de crédito regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculado a recursos orçamentários, contratadas no período de referência. Refere-se aos financiamentos com destinação específica, vinculados à comprovação da aplicação dos recursos voltados para a produção e investimento de médio e longo prazos, tendo como fonte de recursos parte das captações de depósitos à vista e de caderneta de poupança, e fundos e programas público. (BACEN, 2019)

Os dados são fornecidos no recorte temporal mensal e separados em microcrédito destinado a microempreendedores, microcrédito destinado ao consumo e microcrédito total, sendo o último a soma dos primeiros.

Na Tabela 1, encontram-se os valores, em reais (R\$), de concessões de microcrédito em cada ano, seguido do ranking em relação ao maior valor total concedido.

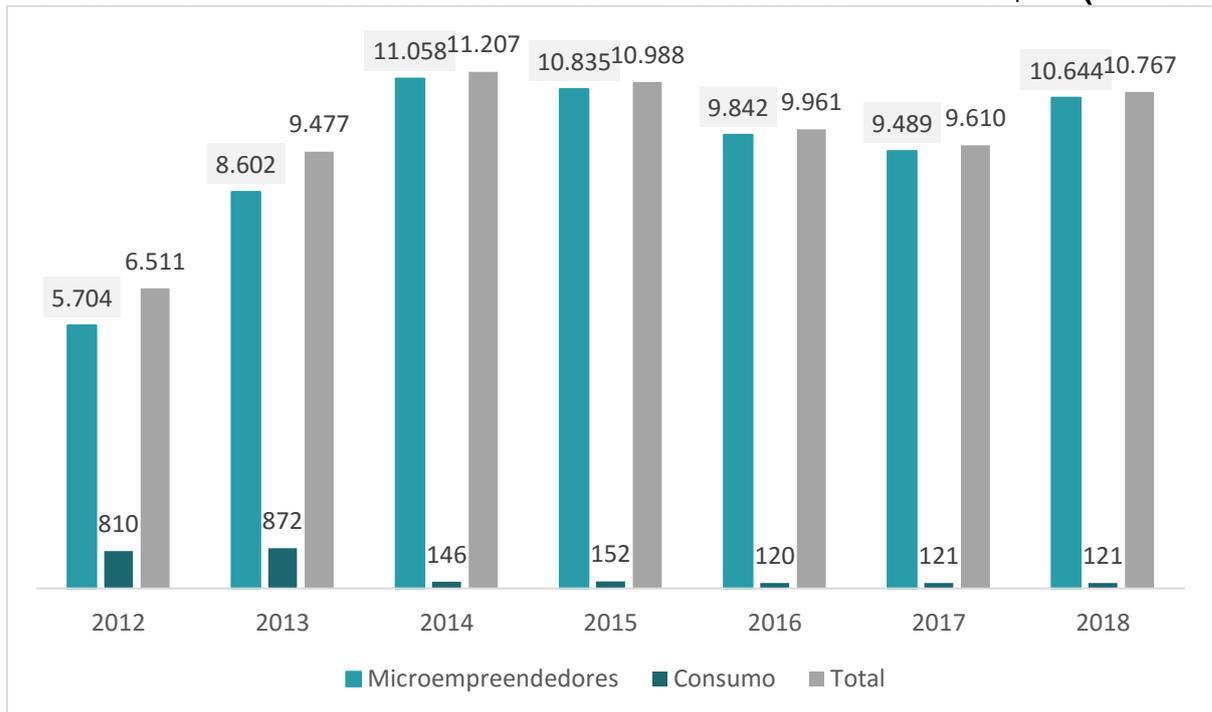
Tabela 1 – Valor total de concessões do microcrédito – R\$ (Milhões)

Ano	Microempreendedores	Variação (%)	Consumo	Variação (%)	Total	Ranking
2012	5.704		810		6.511	7
2013	8.602	50,81	872	7,65	9.477	6
2014	11.058	28,55	146	-83,26	11.207	1
2015	10.835	-2,02	152	4,11	10.988	2
2016	9.842	-9,16	120	-21,05	9.961	4
2017	9.489	-3,59	121	0,83	9.610	5
2018	10.644	12,17	121	0	10.767	3

Fonte: Portal de Dados Abertos (BACEN). Elaborado pela autora, 2019.

Observa-se pelo Ranking que os anos de maiores concessões foram o de 2014 seguido de 2015, sendo o valor total de R\$11.207 milhões e de R\$10.988 milhões, respectivamente. Enquanto isso, nos anos anteriores, o microcrédito foi concedido de forma mais reduzida, em 2012 o valor total destinado aos microempreendedores, R\$5.704 chega a ser quase metade dos anos consecutivos.

O Gráfico 1 foi elaborado com os valores da tabela acima, para permitir uma melhor observação da variação dos valores de concessão durante os anos.

Gráfico 1 – Concessões de microcrédito – R\$ (Milhões)

Elaborado pelo autora.

Nota-se que na medida em que o crédito destinado aos microempreendedores aumentou nos anos após 2012 e 2013, o microcrédito destinado ao consumo teve uma drástica redução. Em 2012, quando o valor era de R\$810 milhões, a participação desse montante no valor do microcrédito total era de 12,44%, reduzindo para 9,2% em 2013. De 2013 para 2014 houve uma drástica queda, passando de R\$872 milhões para R\$146 milhões concedidos ao consumo, equivalente a uma diminuição de 83,26% do valor.

4.2. DADOS DO TRABALHO INFORMAL

Com o intuito de analisar informações a respeito da variação do trabalho informal nos anos estudados, foram coletados dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, PNAD Contínua. É uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que fornece indicadores relativos a força de trabalho com a periodicidade trimestral.

Com base nas informações fornecidas pela PNAD Contínua mais atualizada da data coletada⁷, a Tabela 2 foi elaborada. Nela, são mostrados os números absolutos e proporção da população de 14 anos ou mais de idade ocupada por tipo de trabalho formal ou informal no Brasil, durante os anos de 2012 a 2017.

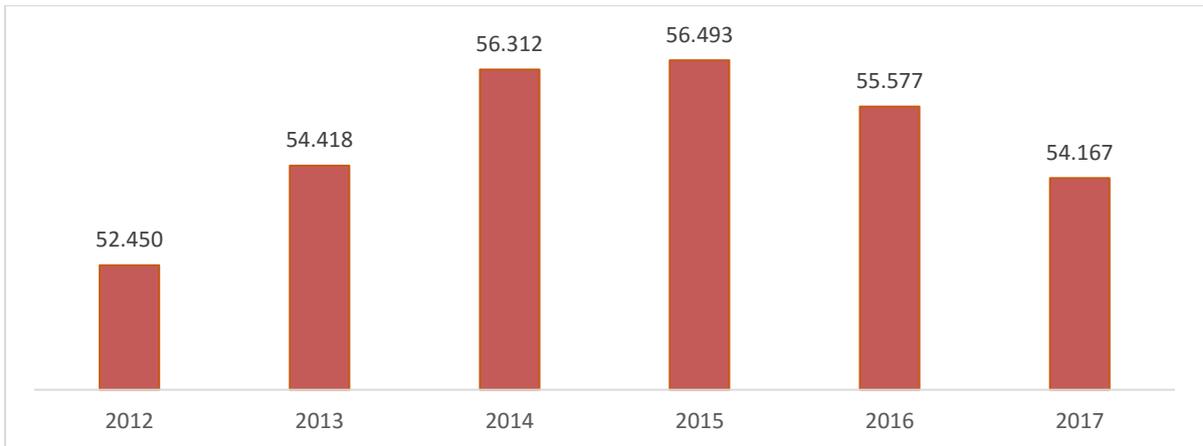
⁷ Data da coleta: 25 de setembro de 2019.

O Gráfico 3, o Gráfico 4 e o Gráfico 5 foram elaborados com os valores totais - tanto do trabalho formal, quanto do trabalho informal – encontrados na tabela.

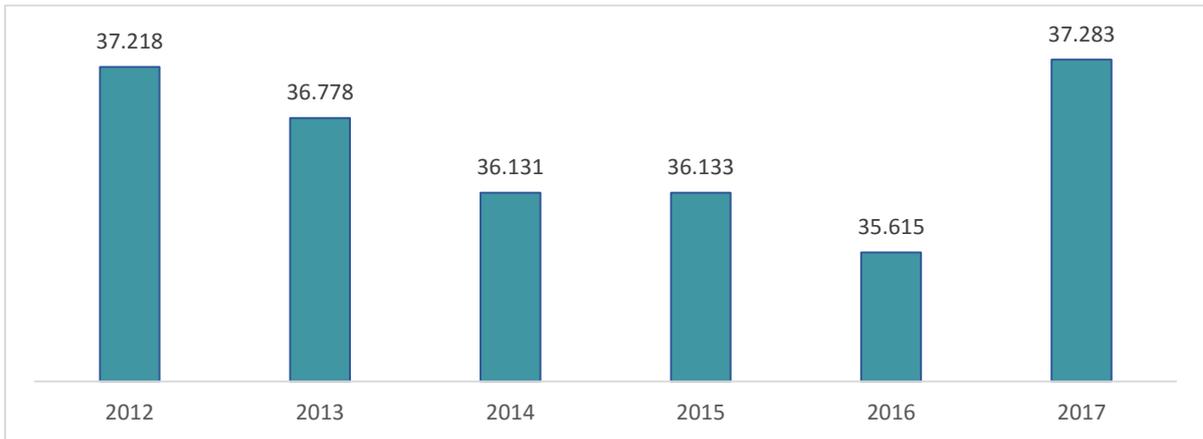
Tabela 2 – Números absolutos e proporção da população ocupada por tipo de trabalho formal ou informal – Brasil – 2012:2017

População ocupada	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Números absolutos (1000)						
Total	89.668	91.196	92.442	92.626	91.191	91.449
Empregado com carteira	35.867	36.999	37.676	37.088	35.512	34.452
Trabalhador doméstico	6.216	6.100	6.028	6.134	6.184	6.208
Militar ou funcionário público	7.365	7.538	7.887	7.769	7.793	7.735
Empregado sem carteira	13.396	13.192	12.960	12.667	12.727	13.470
Conta própria	20.488	20.891	21.418	22.386	22.496	23.105
Empregador	3.560	3.749	3.831	4.041	4.265	4.232
Trabalhador familiar auxiliar	2.776	2.728	2.642	2.542	2.214	2.247
Formal	52.450	54.418	56.312	56.493	55.577	54.167
Empregado com vínculo	43.232	44.537	45.562	44.857	43.305	42.187
Trabalhador doméstico com carteira	1.892	1.827	1.923	1.994	1.980	1.869
Conta própria contribuinte	4.864	5.354	5.968	6.544	7.014	6.999
Empregador contribuinte	2.462	2.700	2.859	3.097	3.277	3.112
Informal	37.218	36.778	36.131	36.133	35.615	37.283
Empregado sem carteira	13.396	13.192	12.960	12.667	12.727	13.470
Trabalhador doméstico sem carteira	4.324	4.273	4.105	4.140	4.204	4.339
Conta própria não contribuinte	15.624	15.537	15.451	15.842	15.482	16.106
Empregador não contribuinte	1.097	1.049	972	944	988	1.121
Trabalhador familiar auxiliar	2.776	2.728	2.642	2.542	2.214	2.247
Proporção (%)						
Total	100	100	100	100	100	100
Formal	58,8	59,7	60,9	61	60,9	59,2
Informal	41,5	40,3	39,1	39	39,1	40,8

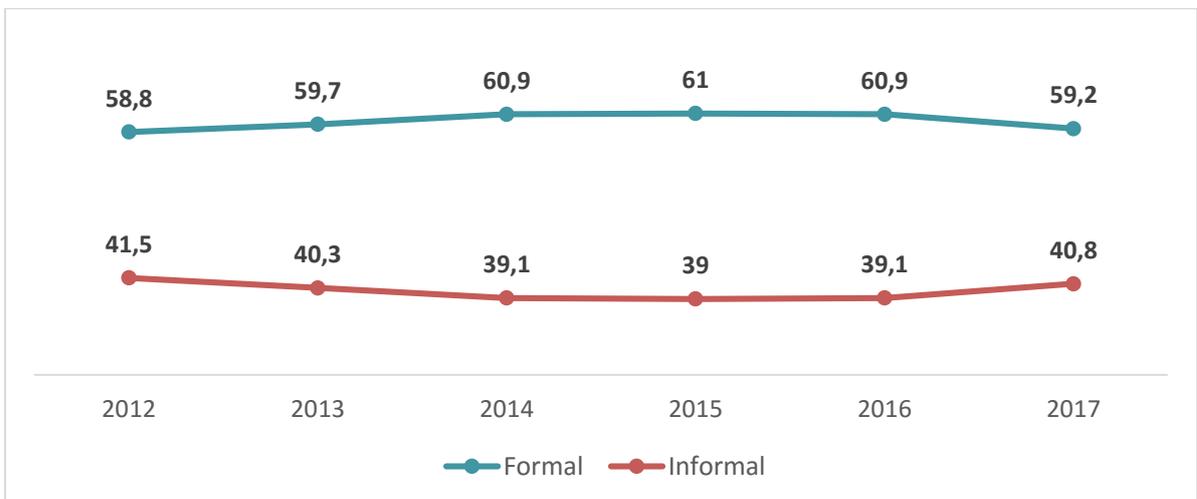
Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaborado pela autora, 2019.

Gráfico 2 – Trabalho formal – Brasil – 2012:2017

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaborada pela autora, 2019.

Gráfico 3 – Trabalho informal – Brasil – 2012:2017

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaborado pela autora, 2019.

Gráfico 4 – Proporção do trabalho formal e informal – 2012:2017

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaborado pela autora, 2019.

Os dados apontam que o país teve uma média de 91,5 milhões de trabalhadores ocupados em 2017. Deste total, cerca de 37,3 milhões estavam vinculados ao trabalho informal, que equivalia a 40,8% da população ocupada.

Observa-se que a desde de 2012, o número de ocupados no trabalho informal teve pequenas reduções e atingiu o seu menor valor em 2016 de aproximadamente 35,6 milhões, uma redução de 4,31% em quatro anos segundo a pesquisa. Este indicador voltou a subir em 2017 quando atingiu os 37,3 milhões, alta de 4,68%.

Já o número de trabalhadores formais saltou de 52,5 milhões em 2012 para 56,5 milhões em 2015, quando voltou a cair atingindo os 54,2 milhões em 2017 – alta de 7,7% e queda de 4,1%, respectivamente.

4.3. TAXA DE DESEMPREGO

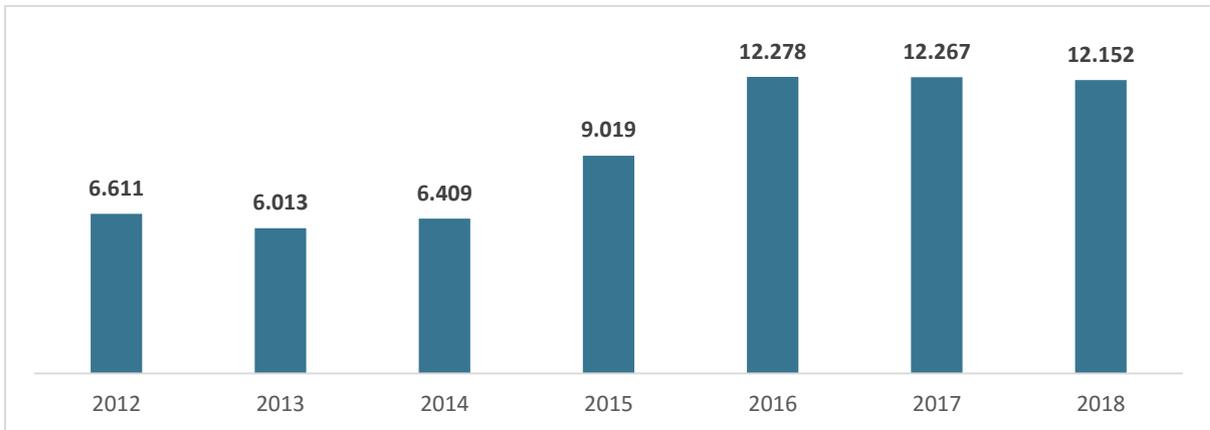
Utilizando-se ainda dos dados obtidos pela PNAD Contínua, elaborou-se a Tabela 3. Nela retrata-se o panorama da força de trabalho brasileira durante os anos de 2012 até 2018. Nesta tabela estão contidos os números absolutos da força de trabalho desocupada e ocupada do último trimestre de cada ano, representando os valores de desemprego e emprego de cada período.

Tabela 3 – Números absolutos da população de 14 anos ou mais de idade ocupadas e desocupadas (Mil pessoas)

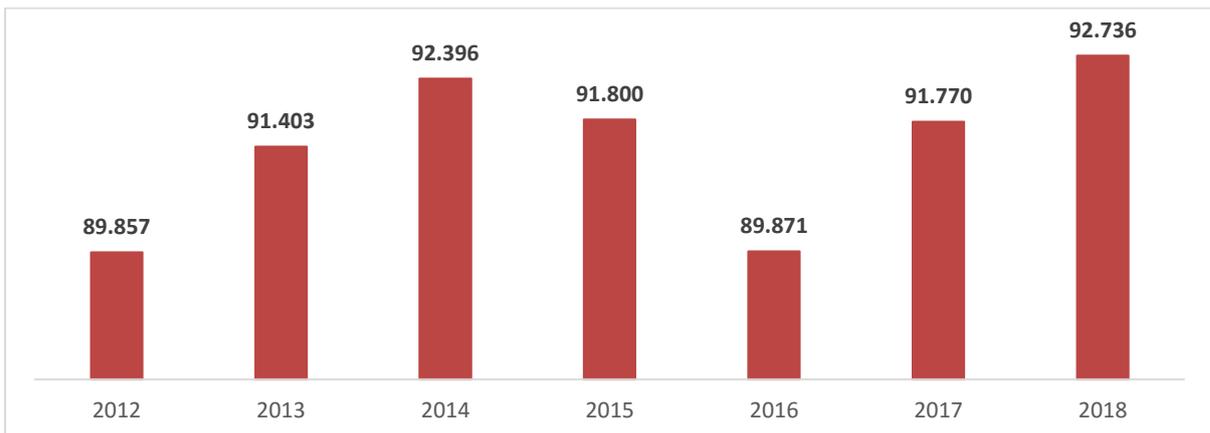
Ano	Força de trabalho desocupada	Variação (%)	Força de trabalho ocupada	Variação (%)
2012	6.611	-	89.857	-
2013	6.013	-9,05	91.403	1,72
2014	6.409	6,59	92.396	1,09
2015	9.019	40,72	91.800	-0,65
2016	12.278	36,13	89.871	-2,10
2017	12.267	-0,09	91.770	2,11
2018	12.152	-0,94	92.736	1,05

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaborado pela autora, 2019.

Os Gráficos 5 e 6 foram elaborados com base na Tabela 3.

Gráfico 5 – Força de trabalho desocupada – Brasil – 2012:2018

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaborado pela autora, 2019.

Gráfico 6 – Força de trabalho ocupada – Brasil – 2012:2018

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaborado pela autora, 2019.

Observa-se que enquanto o número da força de trabalho desocupada se mantinha nos 6 milhões durante os últimos trimestres de 2012 a 2014, esse valor teve uma acentuada variação de 40,72% no mesmo trimestre de 2015, passando dos 6,4 milhões para os 9 milhões. O aumento continuou em 2016, quando o número de desempregados atingiu aproximadamente os 12,3 milhões, variação de 36,13% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Constata-se que dos anos anteriores a 2015 em comparação aos anos posteriores, o número de desempregados no país quase que dobrou.

Já os números absolutos da força de trabalho ocupada sofreram pequenas variações durante os 7 anos analisados, sendo a maior delas de 2,11% entre os anos de 2016 e 2017, quando passou de 89,9 milhões para 91,8 milhões de empregados.

4.4. TAXA DE EMPREENDEDORISMO

Com base no estudo feito pelo GEM – *Global Entrepreneurship Monitor* (Monitoramento de Empreendedorismo Global), maior estudo unificado de atividade empreendedora do mundo, foram obtidos dados relacionados a atividade empreendedora no Brasil. As taxas e estimativas da pesquisa são obtidas por uma amostra representativa da população adulta (18 – 64 anos) do país e são separadas por suas definições operacionais:

- **TTE:** Taxa de empreendedorismo total, engloba todos os indivíduos envolvidos com uma atividade empreendedora;
- **TEA:** Taxa de empreendedorismo inicial, engloba os indivíduos envolvidos com uma atividade empreendedora em estágio nascente ou com um empreendimento novo;
- **TEE:** Taxa de empreendedorismo estabelecido, envolve os indivíduos que administram e são proprietários de negócios já consolidados.

Além disso, vale ressaltar que o GEM identifica como empreendedores todas as pessoas que criaram ou estão criando qualquer tipo de empreendimento:

Para o GEM, o empreendedor não é apenas aquele que cria e lidera um empreendimento estruturado, ou um negócio de sucesso ou inovador; não é somente aquele sujeito que se mostra realizado e satisfeito ao ser proprietário de um empreendimento; e também não se restringe à existência, ou vinculação com pessoas jurídicas formalizadas legalmente. (GEM, 2018)

A Tabela 4 foi elaborada com dados retirados do relatório executivo de 2018 do GEM e o Gráfico 2 com os valores das taxas encontradas na tabela.

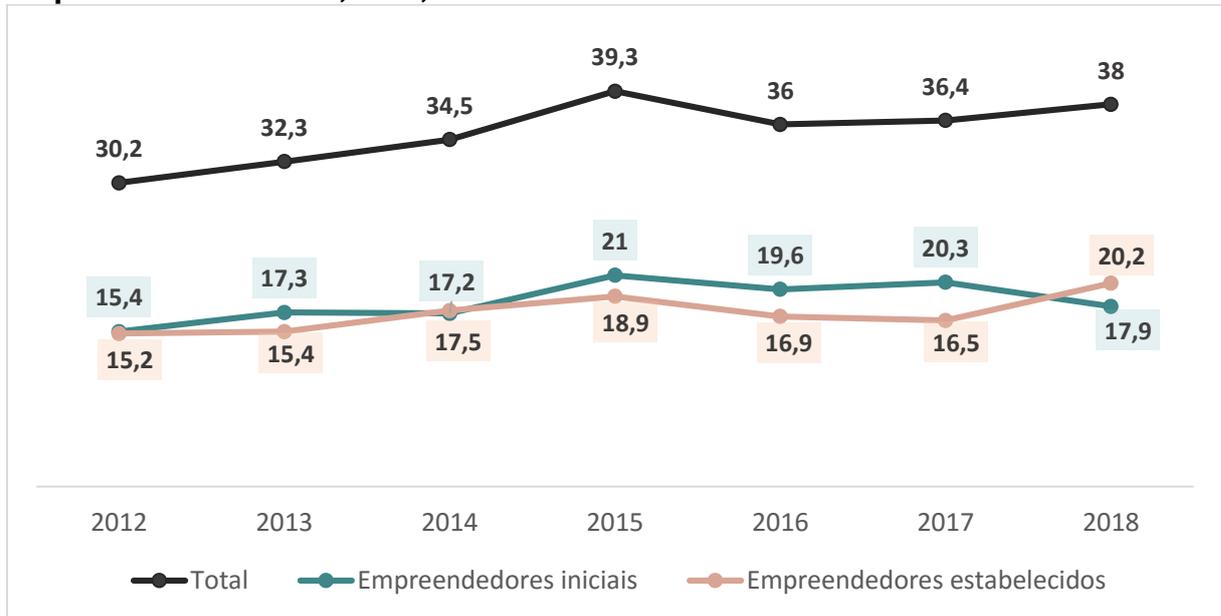
Tabela 4 – Taxas¹ (em %) de empreendedorismo – Brasil – 2012:2018

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	30,2	32,3	34,5	39,3	36	36,4	38
Empreendedores iniciais	15,4	17,3	17,2	21	19,6	20,3	17,9
Empreendedores estabelecidos	15,2	15,4	17,5	18,9	16,9	16,5	20,2

Fonte: GEM Brasil 2018. Elaborado pela autora.

¹A soma das taxas pode ser diferente da taxa total, uma vez que empreendedores com mais de um empreendimento estarão sendo contabilizados mais de uma vez.

Gráfico 7 – Taxas (em %) de empreendedorismo segundo estágio do empreendimento TEA, TEE, TTE – 2012:2018



Fonte: GEM Brasil 2018.

Em relação à taxa de empreendedorismo total, observa-se em 2015 que a TTE teve um aumento significativo de mais de 4 pontos percentuais, atingindo o seu máximo do período. Esse aumento ocorreu principalmente pela elevação do número de empreendedores iniciais no período, visto que a TEA passou de 17,2% para 21%, aumento de 3,8 pontos.

Nota-se também que a partir do ano de 2014 a TEA passa a superar a TEE em mais de 2 pontos percentuais e se mantém dessa forma até 2018, quando o número de empreendedores estabelecidos volta a ultrapassar o número de empreendedores iniciais. Segundo o relatório executivo de 2018, é possível supor que neste ano, “majoritariamente, os empreendedores atuaram de forma a consolidar os negócios criados em períodos anteriores”, o que pode explicar a mudança na proporção da TTE. (GEM, 2018, p. 10).

Outro aspecto definido como fundamental pelo estudo para uma melhor compreensão do empreendedorismo, está relacionado à motivação dos indivíduos que buscam a alternativa de empreender, classificando-os como: empreendedor por oportunidade e empreendedor por necessidade; ambos como proporção da taxa de empreendedorismo inicial.

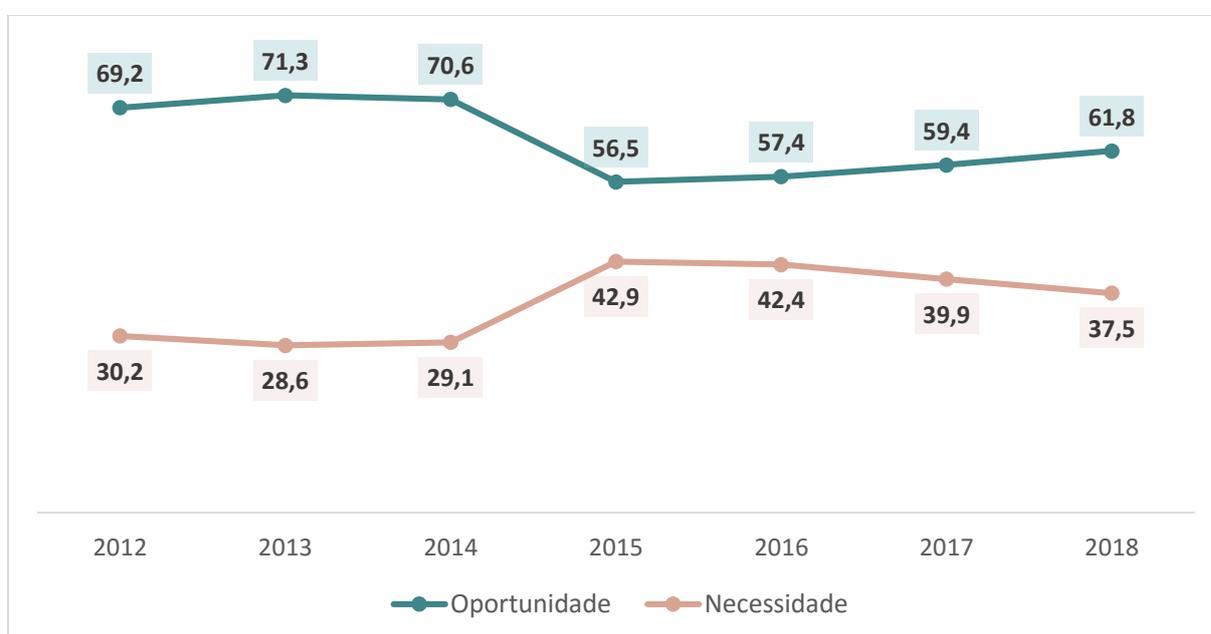
A Tabela 5 e o Gráfico 3 mostram a proporção dos empreendedores por oportunidade e por necessidade do total de empreendedores iniciais de cada ano.

Tabela 5 – Motivação dos empreendedores iniciais – 2012:2018

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Oportunidade	69,2	71,3	70,6	56,5	57,4	59,4	61,8
Necessidade	30,2	28,6	29,1	42,9	42,4	39,9	37,5

Fonte: GEM Brasil 2018. Elaborado pela autora.

Gráfico 8 – Empreendedorismo por oportunidade e por necessidade como proporção da taxa de empreendedorismo inicial – Brasil – 2012:2018



Fonte: GEM Brasil 2018.

Os empreendedores por oportunidade são aqueles que identificaram uma oportunidade de negócio viável a ser concretizada no ambiente em que atuam, ao passo que, os empreendedores por necessidade são aqueles que optaram pela criação do negócio pela falta de outras possibilidades para a geração de renda.

Dito isso, verifica-se pelo gráfico que embora o aumento expressivo da taxa de empreendedorismo total entre 2014 e 2015, tenha sido influenciado principalmente pela taxa de empreendedorismo inicial (TEA), esta foi mais impactada pelo empreendedorismo por necessidade.

5. CONTEXTO BRASILEIRO: A CRISE ECONÔMICA DE 2014 A 2017

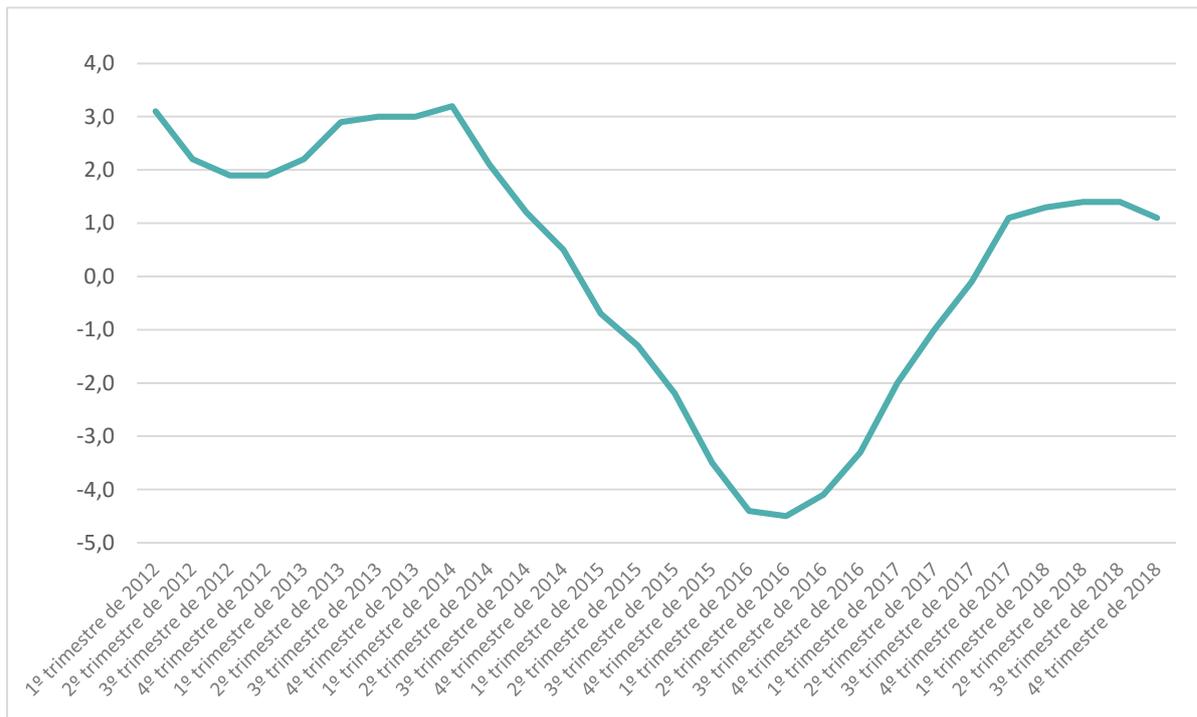
No segundo trimestre de 2014, o Brasil se viu frente a uma forte desaceleração econômica, era o início da pior recessão econômica da história do país desde 1930, segundo alguns analistas econômicos. Com duração de dois anos consecutivos, o acumulado da retração do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 7,7%, como pode se observar na Tabela 6 e no Gráfico 9.

Tabela 6 – PIB a preços de mercado – Taxa acumulada em 4 trimestres (%)

Período	Taxa acumulada (%)
1º trimestre de 2012	3,1
2º trimestre de 2012	2,2
3º trimestre de 2012	1,9
4º trimestre de 2012	1,9
1º trimestre de 2013	2,2
2º trimestre de 2013	2,9
3º trimestre de 2013	3
4º trimestre de 2013	3
1º trimestre de 2014	3,2
2º trimestre de 2014	2,1
3º trimestre de 2014	1,2
4º trimestre de 2014	0,5
1º trimestre de 2015	-0,7
2º trimestre de 2015	-1,3
3º trimestre de 2015	-2,2
4º trimestre de 2015	-3,5
1º trimestre de 2016	-4,4
2º trimestre de 2016	-4,5
3º trimestre de 2016	-4,1
4º trimestre de 2016	-3,3
1º trimestre de 2017	-2
2º trimestre de 2017	-1
3º trimestre de 2017	-0,1
4º trimestre de 2017	1,1
1º trimestre de 2018	1,3
2º trimestre de 2018	1,4
3º trimestre de 2018	1,4
4º trimestre de 2018	1,1

Fonte: IBGE – Contas Nacionais Trimestrais

Gráfico 9 – Histórico da taxa de acumulada do PIB a preços de mercado



Fonte: IBGE – Contas Nacionais Trimestrais

Segundo Barbosa Filho (2017), a crise foi resultado de um conjunto de choques de oferta e de demanda.

Para uma compreensão mais adequada das causas dessa crise, é necessário antes entender o contexto econômico e político dos anos que antecedem o período.

Do fim dos anos 90 até o início de 2012, houve um aumento crescente da demanda chinesa nas *commodities* brasileiras (petróleo, minério de ferro e soja), o que impulsionou positivamente a economia, baseada na exportação de produtos agrícolas e matérias-primas.

Os altos preços das *commodities* e conseqüente crescimento gerou euforia durante o governo Lula, que passou a incentivar as exportações e a estimular a liberação de crédito pelos bancos públicos para financiar o desenvolvimento. Com isso, o Brasil ganhava relevância no cenário internacional e milhões de empregos foram gerados.

Adotavam-se políticas de transferência de renda e aumento do salário mínimo, junto à ampliação dos investimentos em infraestrutura física e social. O Estado estava sendo decisivo na expansão do mercado interno brasileiro através do incentivo ao consumo durante o mandato de Lula. No entanto, ao final de seu segundo mandato,

crecia a visão de que o crescimento não poderia ser sustentado apenas pelo consumo, e, a partir disso, defendia-se a necessidade de medidas que reduzissem os custos industriais e elevassem a competitividade nacional frente aos produtos estrangeiros.

Em 2011, atendendo às demandas, Dilma adota um conjunto de novas medidas políticas de forte intervenção governamental: redução da taxa de juros, desvalorização do real e concessão de subsídios aos empresários (desonerações tributárias), controle de tarifas energéticas e crédito a juros mais baixos. Era o início da chamada Nova Matriz Econômica (NME), que combinava uma “política monetária com a redução da taxa de juros e política fiscal com dirigismo no investimento, elevação de gastos, concessões de subsídios e intervenção em preços” (BARBOSA FILHO, 2017, p. 52).

A mudança na política monetária teve como consequência a aceleração da elevada taxa de inflação e a redução da credibilidade do Banco Central, o que dificultou o combate à recessão. Essas medidas geraram impacto negativo sobre as receitas do governo e agravaram a situação da crescente dívida pública.

[...]. O maior crescimento nos anos 2000 seria mera consequência das condições macroeconômicas criadas no fim da década de 1990, após a estabilização criadas no fim da década de 1990, após a estabilização dos preços e a adoção do famoso tripé macroeconômico composto pelo regime de metas de inflação, pelas metas de superávit primário e pela taxa de câmbio flutuante. A utilização exagerada do Estado como promotor da distribuição de renda e do crescimento econômico é que teria levado ao colapso. (CARVALHO, 2018)

Buscava-se fomentar os setores considerados estratégicos à economia por meio da concessão de fortes subsídios governamentais. Uma das principais estratégias adotadas foi a ampliação da importância da Petrobras no PIB brasileiro, com o objetivo de estimular a indústria petrolífera do país. Tal política não obteve os resultados esperados e utilizou dos recursos públicos de forma exagerada, aumentando a taxa de investimento doméstica do período e agravando ainda mais a situação da dívida interna.

A Tabela 7 foi elaborada com dados fornecidos pelo Tesouro Nacional e evidencia a intensa elevação do estoque da Dívida Pública Federal (DPF) durante os anos da crise.

Tabela 7 – Estoque da Dívida Pública Federal – R\$ (Bilhões)

	DPF	Variação
dez/11	1.866,35	-
dez/12	2.007,98	7,59%
dez/13	2.122,81	5,72%
dez/14	2.295,90	8,15%
dez/15	2.793,01	21,65%
dez/16	3.112,94	11,45%
dez/17	3.559,27	14,34%
dez/18	3.877,06	8,93%

Fonte: Tesouro Nacional Transparente. Elaborado pela autora.

Simultaneamente, o governo passara a intervir no setor energético e no setor elétrico, recorrendo ao controle de preços. O congelamento de preços dos combustíveis forçou a Petrobras a vender a gasolina por um preço inferior ao comprado, o que resultou numa redução expressiva do caixa da empresa. Além disso, devido a erros de política energética do governo, foram reduzidas tarifas de energia em pleno período de escassez, elevando o consumo e o custo das empresas distribuidoras que não podiam repassar os preços. Em 2015 os preços foram liberados, gerando um novo choque negativo na economia devido ao realinhamento de preços. A inflação aumentava e, na intenção de controle, o Banco Central elevou a taxa de juros (BARBOSA FILHO, 2017, p. 53).

A conjunção da deterioração da dívida pública com a crise política e econômica foram responsáveis pelo aumento das incertezas do período e a redução dos investimentos externos no país. Entre 2014 a 2016, o Brasil se via frente à pior recessão desde os anos 90, caracterizada por uma expressiva redução da taxa de crescimento do PIB, elevação da inflação, redução da taxa de investimentos, redução do consumo, aumento substancial do desemprego e perda de credibilidade do governo e do Banco Central.

5.1. ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

Diante dos resultados observados nos gráficos anteriormente apresentados (Capítulo 2), observa-se que no recorte temporal de 2012 a 2018 todas as variáveis selecionadas sofreram de grandes oscilações. Os valores tiveram expressivas mudanças principalmente nos anos entre 2014 a 2017, e, após uma breve contextualização da situação política e econômica do país, pode-se compreender que o agravante destas variações foi a severa crise brasileira.

Como mostrado no Gráfico 1, as concessões de microcrédito direcionadas ao consumo nos anos de 2012 e 2013 foram substancialmente maiores do que nos anos seguintes, fase em que ainda eram adotadas políticas de incentivo ao consumo pelo governo. Essa situação muda com o início do período de recessão, em 2014, quando identifica-se um aumento repentino do microcrédito direcionado aos microempreendedores, acompanhado de redução do microcrédito destinado ao consumo.

Pelos dados da Tabela 3 e pelo Gráfico 5, infere-se que no início da crise, o número de desempregados no país passou a aumentar significativamente, chegando a uma variação crescente de 40,72% em 2015 e de 36,13% em 2016. A taxa de desocupados da economia crescia e, conseqüentemente, a taxa de empreendedorismo também.

O cenário de ampliação do desemprego contribui substancialmente na aceleração da taxa de empreendedorismo. Isso porque os indivíduos desocupados, sem renda e sem oportunidades de emprego, optam por enfrentar o ambiente de negócios para alcançar estabilidade financeira. Logo, explica-se o motivo da variação positiva da taxa de empreendedorismo no período da recessão, a qual foi alavancada pela taxa de empreendedorismo por necessidade e não pela taxa de empreendedorismo por oportunidade, como visto anteriormente na Tabela 5 e no Gráfico 8.

As análises apresentadas nos itens anteriores conduzem à conclusão de que, embora as taxas de empreendedorismo no Brasil tenham aumentado entre 2014 e 2015, se comparadas aos últimos anos da pesquisa no Brasil, estas foram mais impactadas pelo empreendedorismo por necessidade, principalmente, entre os empreendedores nascentes. (GEM, 2015)

Diante da intensa elevação dos números de empreendedores por necessidade no Brasil, cresce a quantidade de microempreendedores no país e, conseqüentemente, a demanda por financiamento de pequenos negócios. Esse fator justifica o aumento do valor total de crédito direcionado aos microempreendedores principalmente em 2014, quando se iniciou a expansão da taxa de desemprego.

Apesar do contexto econômico não favorável dos anos analisados, observa-se pelos Gráfico 2 e 3 que a informalidade do trabalho doméstico passou a reduzir desde o ano de 2012 mantendo até 2016, ao passo que a variação do trabalho formal obtinha saldos positivos.

Tabela 8 – Variação do trabalho formal (%)

	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017
Formal	3,75%	3,48%	0,32%	-1,62%	-2,54%
Empregado com vínculo	3,02%	2,30%	-1,55%	-3,46%	-2,58%
Trabalhador doméstico com carteira	-3,44%	5,25%	3,69%	-0,70%	-5,61%
Conta própria contribuinte	10,07%	11,47%	9,65%	7,18%	-0,21%
Empregador contribuinte	9,67%	5,89%	8,32%	5,81%	-5,04%

Elaborado pela autora.

A Tabela 8 foi elaborada utilizando-se dos mesmos dados da Tabela 2 referentes aos números absolutos da população ocupada por trabalho formal. Os valores obtidos permitem observar que a maior variação ocorreu na formalização dos trabalhadores por conta própria, ou seja, da força de trabalho em proveito próprio, muitas vezes diretamente relacionada aos microempreendedores.

Segundo a Organização do Trabalho (OIT), entidade ligada à ONU, o aumento do emprego formal no país se deu principalmente devido à facilitação do registro dos microempreendedores e a redução de impostos promovida pelo governo. Em um seminário promovido pela OIT e pelo Sebrae⁸, destacou-se a criação da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI), em 2009, como principal fator de estímulo à formalização do mercado de trabalho.

⁸ Seminário Formalização do Trabalho e dos Pequenos Empreendimentos no Brasil, ocorrido em 6 de maio de 2014. Informações retiradas do site: <http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/a-formalizacao-do-trabalho-no-brasil-e-tema-de-seminario,11a2a674acbc5410VgnVCM2000003c74010aRCRD>.

Na Tabela 9, mostra-se o número acumulado de MEIs formalizados no Portal do Empreendedor entre os anos de 2012 a 2018.

Tabela 9 – Total de Microempreendedores Individuais

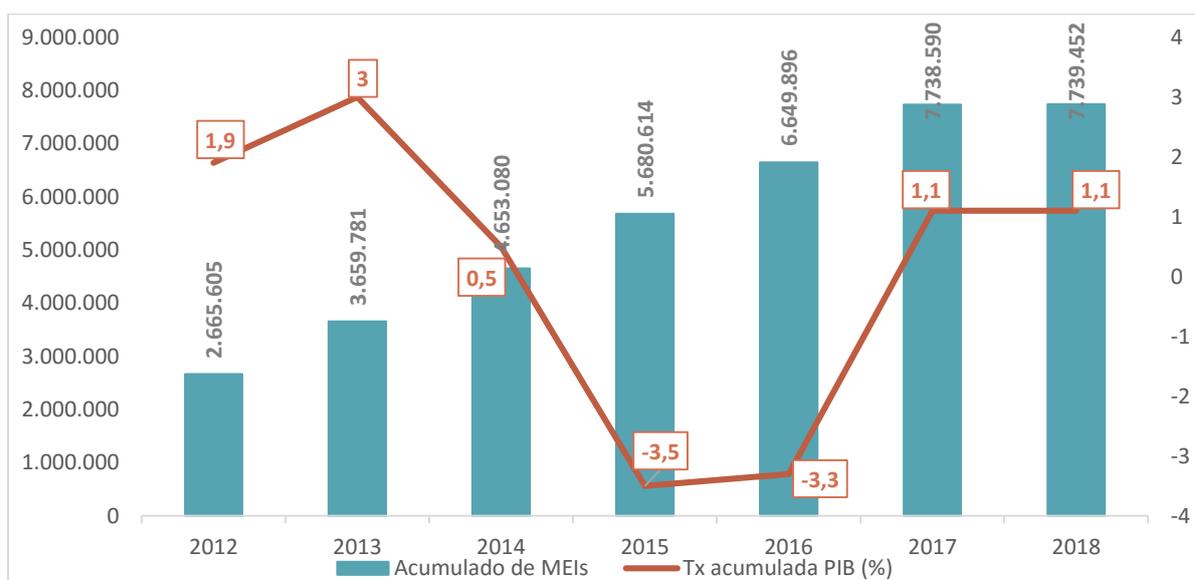
Ano	Acumulado de MEIs	Varição
2012	2.665.605	-
2013	3.659.781	37,30%
2014	4.653.080	27,14%
2015	5.680.614	22,08%
2016	6.649.896	17,06%
2017	7.738.590	16,37%
2018	7.739.452	0,01%

Fonte: Portal do Empreendedor – MEI. Elaborado pela autora.

A quantidade de MEIs registrados no país saiu de 2,67 milhões, em 2012, para 7,74 milhões, em 2018. Isso representa um crescimento de 190,35% nesse período de 6 anos, ou seja, quase o triplo do número acumulado inicial.

Nota-se que apesar do mal desempenho da economia brasileira e da redução da taxa de crescimento do PIB durante os anos da crise (2014 – 2016), o número de formalização de MEIs aumentou ao longo do mesmo período, mantendo sempre uma variação positiva. No Gráfico 10, observa-se melhor essa diferença.

Gráfico 10 – Evolução da quantidade de MEIs X Variação do PIB

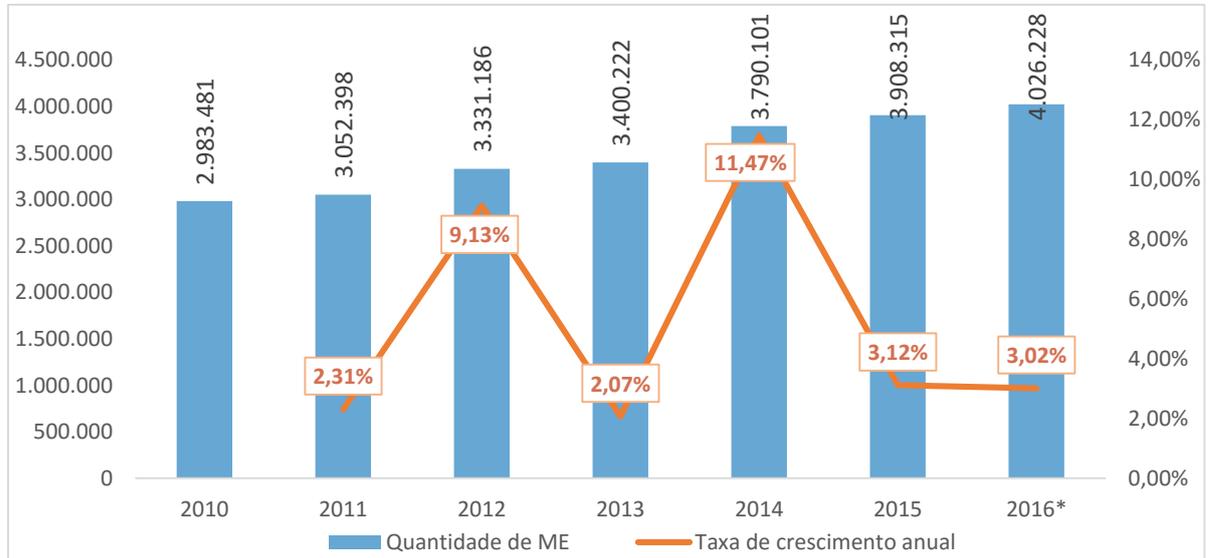


Elaborado pela autora.

Além disso, no estudo de Perfil das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte publicado pelo SEBRAE, em 2018, é feita a mesma comparação com a evolução da quantidade de microempresas em relação à taxa de crescimento anual.

Os Gráfico 11 e 12 foram elaborados e adaptados utilizando-se das informações contidas nesta publicação⁹ e os valores da taxa acumulada do PIB atualizadas de acordo com os dados coletados do IBGE¹⁰.

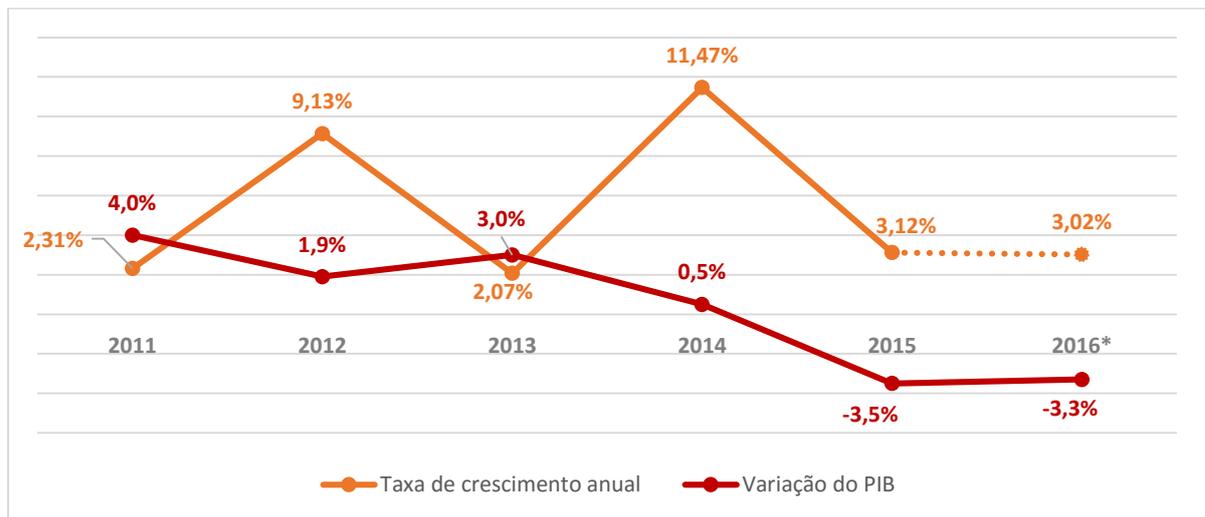
Gráfico 11 – Evolução da quantidade de ME (2010 a 2016)



*Projeção

Fonte: Perfil das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte 2018, SEBRAE. Adaptado pela autora.

Gráfico 12 – Taxa de cresc. das ME X Variação do PIB (%)



Fonte: Perfil das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte 2018, SEBRAE. Adaptado pela autora.

Nota-se que os anos de maiores altas na variação da quantidade de microempresas no Brasil foram os de 2012 e 2014, atingindo o crescimento de 9,13% e de 11,47% sobre o ano anterior, respectivamente. Porém, assim como também é

⁹ Optou-se pelo recorte do período até 2016, visto que, os valores a partir desse ano são projeções.

¹⁰ Data da coleta: 25 de setembro do 2019.

ressaltado no estudo, o Produto Interno Bruto (PIB) sofreu de pequenas retrações durante o mesmo período, obtendo um crescimento de apenas 1,9% em 2012 e 0,5% em 2014. De acordo com o SEBRAE (2018), a correlação entre as duas variáveis é quase desprezível, o que pode indicar que o “aumento do número de ME não tem correlação com o crescimento do PIB”.

Como retratado anteriormente, o mesmo fenômeno ocorreu frente ao número de MEIs registrados no Brasil: ao passo que a economia passava por uma intensa retração do PIB, a quantidade de registros de MEIs teve um intenso aumento nos anos analisados.

Compilando-se as informações obtidas pelos gráficos deste estudo é possível analisar que:

- O Brasil passou por um forte período de recessão iniciado em 2014 até o ano de 2016, devido ao descontrole da dívida pública e a adoção de políticas ineficazes;
- Uma das consequências mais graves da crise econômica foi o aumento substancial do desemprego, que chegou a atingir alta de 40,72% em 2015;
- Diante do elevado número de indivíduos desocupados e da redução da oferta de trabalho no país, subiu a quantidade de pessoas que buscavam abrir o próprio negócio com o objetivo de adquirir uma fonte de renda, ou seja, por necessidade;
- A quantidade de novos empreendimentos (microempresas e microempreendedores individuais) aumentou durante os anos analisados, o que pode justificar a ampliação das concessões de microcrédito nos anos da crise, fase de aumento da demanda por abertura de novos negócios;
- A ampliação do número registrado de microempresas e de MEIs pode ser considerada um dos principais motivos para a redução do trabalho informal mesmo no contexto da crise. O país obteve variações positivas na formalização da mão de obra, destacando-se a variação do trabalho formal registrado como contribuinte de conta-própria que chegou a 11,47% em 2014.

Analisadas essas informações, depreende-se então que o aumento do desemprego contribui para o aumento da abertura de pequenos negócios por necessidade e, conseqüentemente, impulsiona a demanda por microcrédito no país.

O surgimento de novos microempreendimentos e o cadastro de novos MEIs permite o registro e emprego de uma grande parcela do mercado de trabalho informal. Logo, a concessão de microcrédito contribui, mesmo que de forma indireta, para a redução da informalidade do mercado de trabalho no curto prazo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades socioeconômicas da população de baixa renda no Brasil são crescentes em função dos problemas de desenvolvimento, do baixo crescimento, da redução dos postos de trabalho e, conseqüente, aumento da informalidade. Sendo assim, a promoção de programas alternativos de geração de emprego, como o trabalho autônomo e os pequenos empreendimentos, vem se mostrando como estratégia imprescindível para a minimização da tendência à queda do emprego e da renda.

Desigualdade social gera pobreza, descrédito e desemprego. A saída encontrada pela população de baixa renda é a abertura de pequenos empreendimentos, muitas vezes informais. Ou seja, o setor informal é intensificado pela falta de oportunidade de incorporação da mão-de-obra excedente.

Dito isso, surge a necessidade de proporcionar oportunidades à população desfavorecida e desempregada, para promover o acesso ao trabalho, renda e cidadania. O microcrédito passa a ser utilizado então como alternativa de estímulo à produção, geração de emprego e renda, uma vez que torna viável a criação de projetos de empreendimento pela camada mais pobre da população.

Evidentemente que, para uma conclusão mais consubstanciada, haveria a necessidade de uma análise histórica maior de diferentes variáveis. Mas, tendo-se como base a realidade e os dados apresentados neste estudo, pode-se concluir que períodos de baixo desempenho econômico intensificam a decisão de abertura de empresas em consequência do aumento do desemprego – empreendedorismo por necessidade – e, portanto, surge uma informalidade “disfarçada” de empreendedorismo, visto que se torna única alternativa de geração de ocupação e renda para os indivíduos que não conseguem se estabelecer no mercado formal de trabalho.

Assim sendo, o empreendedorismo por necessidade se torna solução para garantir a sobrevivência de grande parcela da população em momentos de crise. E, para que novos pequenos negócios sejam exequíveis pelos mais necessitados, é de extrema importância que este público tenha alcance a uma modalidade especial de crédito que normalmente não é fornecida pelo mercado financeiro convencional.

O microcrédito, portanto, se torna um importante instrumento para promover oportunidades de inserção dos excluídos na economia por iniciativa própria, principalmente em situações de grave crise econômica. Como fora observado neste estudo, durante os anos de 2014 a 2016 no Brasil, a abertura de microempresas e a formalização de MEIs contribuíram de certa forma para a formalização do mercado de trabalho em um momento em que as todas as outras variáveis macroeconômicas obtinham um mau resultado.

Segundo indicadores do Sebrae, 99% do total de estabelecimentos no Brasil são de micro e pequenas empresas, além destas responderem por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado¹¹. Isso nos permite assumir que é imprescindível que este segmento receba uma atenção especial de políticas públicas pelo fato de serem grandes geradores de trabalho e renda no país, principalmente para a parcela da população mais necessitada.

No que diz respeito a eficiência do microcrédito como instrumento de redução da pobreza, os dados e informações apresentados neste estudo não são suficientes para uma conclusão consistente por se tratar de um tema de bastante subjetividade. Porém, visto que a heterogeneidade social é uma realidade expressiva e crescente no Brasil e que muitos indivíduos estão inseridos em um contexto estrutural desfavorável a melhora da qualidade de vida, torna-se essencial que políticas públicas de promoção social sejam adotadas para reduzir as atuais condições de exclusão social e de pobreza.

A partir da análise, conclui-se que o microcrédito é uma alternativa interessante e exequível de geração de emprego e renda e de inclusão social para indivíduos de baixa renda, uma vez que, amplia do acesso ao crédito produtivo de baixo valor e traz a oportunidade de melhoras das condições de vida das camadas menos favorecidas da população.

Pouco adianta crescer e desenvolver uma nação se a riqueza se concentra nas mãos de uma minoria. No contexto brasileiro, faz-se extremamente necessário a implementação de políticas que possam gerar grande impacto em termos de desenvolvimento social com ênfase na camada menos favorecida. É direito de todo

¹¹ Fonte: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Data da acesso: 4 de dezembro de 2019.

indivíduo ter acesso a uma vida digna, na qual a melhora das condições de vida sejam alcançáveis de forma igualitária por toda a população.

7. BIBLIOGRAFIA

ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. **Democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. **A crise econômica de 2014/2017**. Estudos Avançados, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.

BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, v. 65, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução n. 002627** – Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor. 1999.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **O que é sociedade de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte?**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fcomposicao%2Fscmepp.asp%3Fidpai%3DSFNCOMP>>. Acesso em: 27 de agosto de 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Portal de Dados Abertos**. Disponível em: <<https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset?q=microcr%C3%A9dito>>. Acesso em: 23 de setembro de 2019.

BORBA, Paulo da Rocha Ferreira. **Relação entre desempenho financeiro e desempenho social de instituições de microfinanças na América Latina**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. Editora Todavia SA, 2018.

FARRANHA, Ana Claudia et al. **Olhares sobre a pobreza: entre o global e o local: a experiência de microcrédito no município de Vitória/ES**. 2005.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **Empreendedorismo no Brasil – 2015**. Relatório Executivo, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c

6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/\$File/5904.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **Empreendedorismo no Brasil – 2018**. Relatório Executivo, 2018. Disponível em: < <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Executivo-Brasil-2018-v3-web.pdf>>.

Acesso em: 2 de outubro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD Contínua**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=20653&t=publicacoes>>.

Acesso em: 25 de setembro de 2019.

MARTINS, Paulo H.; WINOGRAD, Andrei; SALLES, Renata de C. Manual de Regulamentação das Microfinanças: **Programa de Desenvolvimento Institucional**. BNDES. Rio de Janeiro/RJ, 2002.

MATOS, Franco. **Avaliação comparativa das atividades de microcrédito Brasil e Bolívia**. Cadernos PROLAM/USP, v. 2, n. 2, p. 01-32, 2003.

MATOS, Franco de; MACAMBIRA JÚNIOR, Leôncio José Bastos; CACCIAMALI, Maria Cristina (Orgs.). **A atividade e a política de microcrédito no Brasil: visões sobre sua evolução e futuros desafios**. Fortaleza: IDT/USP, p. 55-74, 2014.

MAYRINK, Rayssa Danielle Dantas. **O impacto do microcrédito sobre a renda e o emprego em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fipel, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado**. Disponível em: < <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmpo/> >. Acesso em: 3 de setembro de 2019.

MONZONI, Mario. **Impacto em renda do microcrédito**. Editora Peirópolis, 2008.

MONZONI NETO; Mario Prestes. **Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do crédito popular solidário (São Paulo Confia), no município de São Paulo**. 2006. Tese de Doutorado.

MORAES, Jevane Mendonça. **Microcrédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o caso do Projeto Amazônia Florescer**. 2010. Tese de Doutorado.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo**. Brasília, DF: AED, 2002.

POCHMANN, Marcio. **Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil?**. Parcerias estratégicas, v. 11, n. 22, p. 121-144, 2010.

PORTAL DO EMPREENDEDOR- MEI. **Total de Microempreendedores Individuais**. Estatísticas. Disponível em: < <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>>. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

PROGER. **Histórico do Proger**. Disponível em: < <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programas-de-geracao-de-emprego-e-renda-proger/historico-proger/> >. Acesso em: 16 de julho de 2019.

RIGHETTI, Carlos Cesar Buosi. **Efeitos do microcrédito na geração de renda em microempreendimentos: avaliação de impacto do programa Real Microcrédito**. 2008. Tese de Doutorado.

SANTIAGO, Eduardo Girão; BARONE, Segundo. **Microcrédito, emancipação empreendedora e combate à pobreza: controvérsias e outros caminhos**.

SANTOS, Arnaldo José Shamá. **Uma Análise da Política Pública de Microcrédito: A Experiência da Crédito Social como Operadora da Caixa Econômica Federal entre 2006 e 2008**. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SEBRAE. **Perfil das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**. Brasília, DF, 2018.

SILVA, Roberto Vilela de Moura. **Disseminação de programas públicos de microcrédito: o caso da região metropolitana de São Paulo**. 2007. Tese de Doutorado.

SILVEIRA, Marcelo Garcia. **Evolução da estrutura de microcrédito no Brasil: uma análise sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado**. 2015.

SOARES, Marden Marques; SOBRINHO, Melo; MICROFINANÇAS, A. D. **O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito.** Brasília: BCB, 2008.

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE. **Estoque da Dívida Pública Federal.** Disponível em: < <http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/estoque-da-divida-publica-federal/resource/0402cb77-5e4c-4414-966f-0e87d802a29a> >. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: ática, 2000.